

INFORME

Publicação do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI - Nº 13 - Janeiro/2002

Ponto de Vista

"Nos países onde a propriedade está bem protegida, é mais fácil viver sem dinheiro do que sem os pobres, pois quem faria o trabalho? Se não se deve deixar os pobres morrerem de fome, não se lhes deve dar coisa alguma que lhes permita economizarem. Se esporadicamente um indivíduo, à custa de trabalho e de privações, se eleva acima das condições em que nasceu, ninguém lhe deve criar obstáculos: é inegável que para todo indivíduo, para toda família, o mais sábio é praticar a frugalidade; mas é interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres nunca fique desocupada e que, ao mesmo tempo, gaste tudo o que ganha...Os que ganham sua vida com o trabalho quotidiano só tem como estímulo, para prestar seus serviços, suas necessidades. Por isso é prudente mitigá-las, mas seria loucura curá-las. A única coisa que pode tornar ativo o trabalhador é um salário moderado. Um salário demasiadamente pequeno, segundo o temperamento do trabalhador, deprime-o ou desespera-o; um demasiadamente grande torna-o insolente e preguiçoso...Numa nação livre onde se proíbe a escravatura, a riqueza mais segura é constituída por um grande número de pobres laboriosos. Constituem fonte inesgotável para o recrutamento da marinha e do exército; sem eles nada se poderia fruir nem poderiam ser explorados os produtos de um país. Para tornar feliz a sociedade e para que o povo viva contente mesmo em condições miseráveis, é necessário que a maioria permaneça ignorante e pobre. O saber aumenta e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja mais fácil é satisfazer suas necessidades".

Escrito no início do século XVIII por Bernard de Mandeville, este texto poderia esclarecer aos nossos dias, como pensam os inúmeros homens que governam países, negócios, instituições e conseqüentemente, as pessoas.

Poderíamos procurar entender com Mandeville a permanência da miséria que traz consigo a sua pior e mais nefasta conseqüência: a fome. Ninguém desconhece que a subnutrição nos dois primeiros anos de vida de um ser humano, é prejudicial em todos os aspectos da vida e no decorrer do que restar dela. A desnutrição causa, além da morte, a apatia, a redução da visão e a atrofia do crescimento. É fácil encontrar antes da miséria, a presença de políticas concentradoras de renda e a ausência de políticas públicas voltadas para a educação. A lógica insana desses modelos de desenvolvimento baseia-se na necessidade da exclusão de muitos para o enriquecimento de poucos. Que resposta teríamos para a questão: a humanidade é cruel ou desvairada?

E sobre educação, acompanhamos perplexos através dos noticiosos, o desenvolver dos acontecimentos que delinearão um quadro surrealista. A situação criada pelo Presidente da República e o Ministro da Educação diante da greve realizada pelos professores universitários impressiona qualquer criatura possuidora de um mínimo de bom senso.

É lamentável observarmos a truculência e a hostilidade que assomam no Presidente e seu Ministro quando não conseguem manter um diálogo com os professores, ou desrespeitam o direito de greve ou ainda, quando provocam uma crise desnecessária entre os poderes executivo e judiciário. FHC transforma os seus discursos, principalmente aqueles proferidos em outras línguas, em piadas irritantes e de péssimo gosto. Percebe-se que o presidente dos "vagabundos" e "coitados" parece pensar que dirige um país de pusilânimes e idiotas.

Será preciso procurar um texto bem mais cruel do que o publicado no início deste, para entender FHC e Paulo Renato?

NOTAS SOBRE O CICLO ATUAL DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE....p.2

William Jorge Bandeira

REVISITANDO A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PIAUÍ....p.3

Solimar Oliveira Lima

CELSO FURTADO E A ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA....p.5

Samuel Costa Filho

QUESTÃO AGRÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS....p.6

Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas

A POLÍTICA NEOLIBERAL SOBRE O ESTADO SÓCIOECONÔMICO BRASILEIRO....p.8

Clenilson Cruz Lima

O REAL, O CÂMBIO E AS EXPORTAÇÕES....p.9

Ernani Araújo Filho

A QUEM INTERESSA A CONTINUIDADE DA GREVE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS?....p.12

Francisco Alcides do Nascimento

A ANPUH NO PIAUÍ....p.13

Áurea da Paz Pinheiro

ENTREVISTA COM O REITOR DA UFPI....p.14

UMA JORNADA DE RESISTÊNCIA....p.15

Merlong Solano Nogueira

REBELDE RAINOSO....p.16

Wiliam Jorge Bandeira

O GOVERNO E O PODER....p.18

Sebastião Carlos

CONFIGURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E POBREZA NO ESTADO DO PIAUÍ NAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980....p.19

Jáira Maria Alcobaça Gomes

"A única guerra legítima é aquela que se declara contra o subdesenvolvimento e a miséria"
Dom Hélder Câmara

C O N Ô M I C O

NOTAS SOBRE O CICLO ATUAL DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE

William Jorge Bandeira*

No artigo anterior falamos dos ciclos econômicos que marcaram a evolução do setor rural piauiense. O presente artigo objetiva apresentar uma análise sucinta do período correspondente aos meados dos anos 70 até ao final dos anos 90.

Nos anos 70 afirmou-se na agricultura brasileira o chamado "complexo agro-industrial" (CAI), que pode ser definido como a integração da agricultura com a indústria voltada para a produção de insumos e máquinas e a indústria processadora de produtos agropecuários, assim como os serviços e o comércio. Esse padrão estendeu-se por todo o país, embora de modo desigual, em que muitas unidades agrícolas ficam de fora, sobretudo em regiões pouco desenvolvidas. No Piauí, por exemplo, mais de 85% das unidades produtivas ainda não se inseriram no processo e, por isso, continuam atuando com técnicas rudimentares, sem acesso a crédito e com baixa participação no mercado.

Esse processo representou uma forte modernização da agricultura brasileira, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas. As regiões mais pobres se inserem de modo marginal e sofreram grandes perdas na participação do mercado nacional, inclusive perdendo mercados para novas regiões, como o centro-oeste, por exemplo. A característica principal foi o aumento de importância produtiva das unidades modernizadas e de produtos considerados nobres como soja, cana-de-açúcar, café, cacau, laranja, milho, trigo, bovinos, leite de vaca, etc.

O Piauí se insere nesse processo através de programas governamentais implementados a partir dos anos 70. Em 1974, foi implementado o POLONORDESTE com cerca de cinco (5) PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), atingindo o Delta do Parnaíba, Vale do Guruguéia, Vale do Fidalgo e as Fazendas Estaduais. Os gastos se concentraram em estradas vicinais, eletrificação rural, assistência técnica, patrulhas motomecanizadas, armazéns, equipamentos de saúde e educação, etc.

No início dos anos 80, foi lançado o PDRI do Vale do Parnaíba como uma extensão do PDRI do Delta do Parnaíba. Tinha como alvo beneficiar cerca de 28 municípios da região mais populosa do Estado. O PDRI contava com o apoio financeiro do BIRD (Banco

Mundial) e tinha como estratégia básica possibilitar acesso a terra a produtores não-proprietários através do componente fundiário que comprava e distribuía terras a produtores pré-selecionados. Pretendia aplicar um montante aproximado de 100 milhões de dólares nos primeiros cinco anos de atuação.

Esses programas possuíam componentes altamente modernizantes, pois ofereciam crédito, terras, assistência técnica, incentivavam o uso de insumos modernos na agricultura e avançavam na criação de vias de transportes para inserir no mercado os produtores beneficiados. Porém, apesar de apresentarem como objetivo beneficiar pequenos produtores, adotavam critérios que excluíam a massa mais pobre de famílias rurais, àquelas sem terras e/ou com posse de terras abaixo de 5 ha, que, em algumas regiões chegavam a mais de 70% das famílias. Além disso, como as principais obras ocorriam em propriedades privadas, os maiores beneficiários foram os grandes proprietários de terras, até mesmo por causa de seu poder de influência na hora de distribuir os recursos e definir os beneficiários.

A partir de 1987 foi implantado o PAPP (Programa de apoio ao Pequeno Produtor), o qual visava corrigir distorções dos programas anteriores através da filosofia dos projetos comunitários com componentes de investimentos integrados. Porém, os recursos aplicados eram insuficientes e sua aplicação esteve bem abaixo das metas estabelecidas. O programa não funcionou de forma sincronizada, em termos de aplicação de seus componentes, e muito menos na dose desejada, além de influências negativas de elites localizadas e de sindicatos rurais.

Os projetos de irrigação vieram a reboque da política regional de irrigação, pois o Piauí, na verdade nunca formulou nenhuma política coerente de irrigação. As áreas potencialmente irrigáveis chegam, de acordo com levantamentos preliminares, a cerca de 438.450 ha. No entanto, quase a totalidade desses recursos encontram-se em estado bruto, não passam de 15.000 ha, as áreas irrigadas, considerando-se que 2/3 são de iniciativa privada e, grande parte, em irrigação em várzeas. Esses projetos pouco avançaram por falta de uma

política estadual mais consistente e de longo prazo. Foram cerca de 1.093 projetos implantados do Pró-Várzeas entre 1981/88, abrangendo 17.529 ha. Outros tantos foram tentados no âmbito do POLONORDESTE, mas a maioria fracassou, beneficiando apenas fornecedores de equipamentos e outros intermediários.

Durante o período de 1971 a 1984 foram implantados 70 projetos agropecuários dentro do Finor-Agropecuário. Foram 50 projetos para pecuária de corte, em sua maior parte, e os demais na área agrícola. Estes projetos se espalharam por 32 municípios, concentrando-se no centro-sul do Estado, sobretudo nos municípios de Canto do Buriti (10), Ribeiro Gonçalves (9), Jerumenha (6), Uruçuí (5), Pio IX (5). Os demais municípios receberam no máximo três projetos, sendo seus efeitos menos importantes que nos municípios citados. Pode-se acrescentar a estes projetos, os de financiamentos para projetos de reflorestamento no âmbito do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

Embora o potencial transformador desses projetos seja grande, principalmente os efeitos na produção e no de emprego, no Piauí esses efeitos foram pouco significativos. As causas são variadas:

(1) insuficiência de recursos para o bom desempenho dos projetos devido a pulverização de recursos;

(2) desvio de recursos dos projetos para outras atividades. No Piauí, os projetos, em sua maior parte, nunca chegaram a se constituir em empresas modernas devido a problemas de má aplicação de recursos, desvios de recursos e outros problemas ligados a falta de um mercado de trabalho dinâmico, distância dos mercados consumidores, baixa fertilidade das terras, produtores com baixos conhecimentos tecnológicos e ausência de um projeto de desenvolvimento integrando os vários setores econômicos.

As repercussões foram marcantes na estrutura econômica do Estado. Um importante efeito foi o impulso na utilização de áreas com lavouras permanentes, ressaltando as lavouras de caju. Assim, as áreas de lavouras cresceram a taxas bem superiores às lavouras temporárias. Pode-se atribuir a esses projetos o grande crescimento na utilização de trabalhadores em regime temporário, os quais aumentaram, nos

“Os projetos de irrigação vieram a reboque da política regional de irrigação, pois o Piauí, na verdade nunca formulou nenhuma política coerente de irrigação. As áreas potencialmente irrigáveis chegam, de acordo com levantamentos preliminares, a cerca de 438.450 ha. No entanto, quase a totalidade desses recursos encontram-se em estado bruto, não passam de 15.000 ha, as áreas irrigadas, considerando-se que 2/3 são de iniciativa privada e, grande parte, em irrigação em várzeas.”

anos 80, em termos de número e em meses de contratação, os maiores índices de utilização foram registrados nos municípios de maior incidência de projetos.

A pecuária é a atividade que mais cresce no setor desde meados dos anos 70. Com ela crescem também as áreas de lavouras temporárias, pois a formação de novos pastos era realizado, preferencialmente, através do trabalho de famílias não-proprietárias de terras que recebiam pequenas parcelas de terras nas grandes propriedades com a obrigação, após algum tempo, de entregá-las com pastos formados.

Uma outra repercussão provocada pelos projetos implementados é a forte concentração da terra que os mesmos provocam. Isso, fica muito claro quando se compara indicadores de distribuição de terras entre municípios que receberam projetos com municípios que não receberam. Além do mais, esses projetos aceleraram o fluxo migratório rural-urbano no período, levando a uma queda da população rural em termos absolutos, durante as duas últimas décadas

Durante o período analisado a pequena produção de subsistência perde importância relativa em relação a produção agropecuária. O valor da produção agropecuária pendeu fortemente a favor das unidades produtivas mais capitalizadas e melhor inseridas no mercado, embora a participação em termos número de estabelecimentos não ultrapasse os 12% ●

Revisitando a formação econômica do Piauí

Solimar Oliveira Lima*

A historiografia piauiense pouco tem avançado nas análises sobre a formação econômica do Piauí. Ainda se reproduz a tese dos “ciclos econômicos”, difundida por textos clássicos da história econômica do Brasil, para apresentar a então nascente economia do Estado e justificar o seu atraso frente outras regiões. Tal tese de interpretação da formação da economia brasileira instituiu legados historiográficos que comprometem, e muito, a compreensão de economias regionais que, segundo os defensores, se mostraram pouco inseridas, ou inseridas periodicamente, no contexto geral de acumulação.

A concepção metodológica dos ciclos tem em *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, salvo engano, sua principal fonte de divulgação e influência nas gerações de escritos. A fonte se constitui como referência de qualidade inquestionável, contudo, a tese potencializou o surgimento em estudos regionalizados de explicações do processo econômico que tendem a apresentar as economias como propulsoras de desenvolvimento apenas quando se constituem enquanto “ciclo”. Assim, as atividades econômicas cíclicas, apresentadas como dominantes e voltadas para o mercado adquirem status de dinâmicas. Segundo estas explicações, passado o período de inserção, como resultado da “perda de mercado”, surge a fase de decadência, onde as atividades entram em processo de involução ao ponto de transformarem-se em economias de subsistência.

No Piauí, estudos mostram a agropecuária como base econômica dominante na História do Estado. Segundo as análises, a pecuária, atividade cíclica, predominante entre os séculos XVII e XIX, apresentou sua fase dinâmica e de decadência. No primeiro momento, até início dos Dezenove, as unidades produtivas, as fazendas, encontravam-se integradas ao mercado, participando ativamente do comércio de gado bovino no Nordeste e Minas Gerais.

Neste contexto, a exceção do cultivo de algodão, a agricultura praticada era a de subsistência, voltada para satisfazer as limitadas necessidades das fazendas e de seus minguados trabalhadores. No período de decadência, a pecuária se transforma, também, em atividade de caráter de subsistência, o que significou para a economia estagnação, pobreza e isolamento socioeconômico. Nesta perspectiva, cessam o

comércio com diferentes mercados, desaparecem as rendas monetárias e regride o já atrasado processo produtivo. O Piauí permaneceu assim até que um outro ciclo surgiu como redenção da economia no início do século XX: o extrativismo.

Na historiografia piauiense, o historiador Odilon Nunes e o economista Raimundo Nonato M. de Santana fizeram surgir, de forma articulada em discurso científico, esta visão da formação econômica do Estado que se reproduz em textos consagrados pelo uso corrente em referências bibliográficas como, por exemplo, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento* elaborado por uma equipe de técnicos da Fundação CEPRO. Odilon Nunes, por exemplo, fortemente influenciado pela concepção dos ciclos para explicar o conjunto da economia, acabou por submeter a sua extensa e exaustiva pesquisa à determinação teórica. A reprodução de seu pensamento, como em *Piauí: evolução... e em outros textos*, dá-se não só pelo valor de sua pesquisa, mas sobretudo pela falta de disposição dos autores em escrever fundamentados em pesquisa que não seja a bibliográfica. A história econômica do Piauí caracteriza-se, no geral, como uma produção de gabinetes, onde poucos autores realizaram pesquisas em fontes documentais e arquivos

A concepção metodológica, e ideológica, dos ciclos econômicos nos ajuda a compreender o processo geral de acumulação do Brasil. Entretanto, torna-se limitada quando nos voltamos para o estudo das economias regionais e seus diferentes processos internos de acumulação. A transferência da análise do geral para o particular como forma de desvelar a formação social, resultou em abordagens que deixam de perceber os movimentos e avanços internos das economias, bem como as contradições sociais. Voltar-se para o particular, no Piauí, parece ser uma resistência de nossos economistas, como se a análise trouxesse em si desvalor ao pensamento e à produção.

Ser um economista estudioso das “pequenas coisas”, baseando-se em fontes documentais, no nosso caso, é um caminho seguro para uma maior compreensão do passado e das raízes de nossa sociedade. Fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí revelam que, ao contrário do que comumente se afirma, a pecuária não passou por um processo de isolamento, muito menos adquiriu características

* William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Economia/UFPI e Consultor da WJB - Consultoria & Projetos Ltda. Doutor em Economia pela UNICAMP.

de subsistência; e a agricultura praticada nas fazendas, desde o início do século XIX, era de forma dominante voltada para satisfazer as necessidades do mercado interno. O criatório piauiense caracterizou-se por possuir dois tipos de unidades produtivas: a fazenda particular e a fazenda pública.

As propriedades públicas tiveram origem no legado do sertanista Domingos Afonso Mafrense à Companhia de Jesus, em 1711, que as administrou até 1760, quando foram confiscadas pela Coroa Portuguesa e, sob nova administração foram denominadas Fazendas do Real Fisco. Com a independência do Brasil, em 1822, ficaram sob administração do Império como Fazendas Nacionais ou Fazendas da Nação.

O pastoreio nas fazendas privadas e públicas apresentava diferenças significativas quanto à produção e comercialização. Nas propriedades públicas estruturou-se uma produção escravista rigidamente organizada, com utilização dominante e sistêmica do trabalhador escravizado. Os afro-descendentes eram responsáveis por todos os serviços da atividade: montagem e conservação da infra-estrutura, manejo do gado nos campos e curral, e transporte do gado para feiras. As propriedades particulares, sobretudo as maiores, utilizavam o trabalho escravo de forma dominante apenas nas tarefas consideradas mais pesadas, como na criação e manutenção da infra-estrutura requerida pela pecuária. No manejo do gado nos campos e currais predominava o trabalho livre com relações de trabalho não assalariadas, o chamado "sistema de quarta".

A indicação do caráter subordinado e aleatório do trabalho escravo na atividade pastoril das fazendas particulares forjou uma compreensão generalizada para o conjunto das fazendas no Piauí. Baseada nas condições de produção do pastoreio - criatório extensivo - a historiografia tradicional sustentou a tese de reduzida utilização do trabalho escravo na pecuária, bem como a tese de benignidade do escravismo piauiense. Tese impulsionada pela presença na economia de unidades produtoras públicas, que, vistas sob o prisma ideológico do presente, são apontadas como verdadeiros oásis de bem-estar para os trabalhadores escravizados na dura realidade escravista brasileira. Além disso, ao restringir a questão ao tipo de trabalhador e suas utilizações, a mesma historiografia, retirou do debate as contradições sociais que envolvem o trabalho escravo e o trabalho livre nas unidades produtivas; mais ainda, inviabilizou a percepção do processo de acumulação de riquezas por parte dos fazendeiros e administração pública resultante da exploração do trabalho.

A comercialização do gado das propriedades públicas foi constante, e até

1872, realizada diretamente com comerciantes da Bahia. Na década de vinte, os compradores passaram a arrematar os bois de era na cidade de Oeiras e eram, eles, os responsáveis pelo transporte. Antes, o gado era entregue em Salvador por tropeiros condutores indicados pelas autoridades-governamentais e autorizados a negociar o gado na feira. Em média negociava-se 4 mil bois por ano, estimativa que se mantém constante entre 1770 e 1872.

A comercialização da produção das fazendas particulares, até o final dos Setecentos, acompanhou a demanda dos chamados "ciclos", assim voltou-se inicialmente para o Nordeste e posteriormente para Minas Gerais, período caracterizado pela historiografia como de participação ativa no comércio de carne. Entretanto, no denominado período de "decadência", século XIX, as fazendas particulares continuaram exportando sua produção, sobretudo para o mercado nordestino, especialmente Maranhão, Pernambuco e Bahia. Os dízimos, impostos, continuaram sendo pagos para os cofres públicos do Estado. Em 1861, por exemplo, a Fazenda São Tomé, nas cercanias de Oeiras, remeteu para o Maranhão 2.400 bois de era. No ano anterior, tinham sido vendidos animais para a Bahia. Fontes apontam outras remessas, de outras fazendas de Oeiras, Valença, Piaracuruca e Parnaíba, para Pernambuco e Bahia.

"Ser um economista estudioso das "pequenas coisas", baseando-se em fontes documentais, é um caminho seguro para uma maior compreensão do passado e das raízes de nossa sociedade."

As propriedades particulares ainda descobriram novos mercados, voltaram-se para o abastecimento de vilas do Estado, inclusive a Nova Capital. O mercado interno já era uma fonte de rendimentos para outros produtos das fazendas, e passou a ser sistematicamente abastecido com carne. A dieta alimentar, de ricos e pobres, nas fazendas ou vilas, baseava-se fundamentalmente na farinha e carne bovina, verde ou seca. Um aglomerado populacional com cerca de 300 pessoas consumia em média 800 reses por ano, ou duas matalotagens por dia.

Diante do limitado, porém crescente mercado, realizava-se rodízios de fornecimento, quase sempre, a cada quinze dias uma fazenda ficava responsável pelo abastecimento. É certo que o fluxo de gado e de rendimentos sofreram uma queda quando as fazendas particulares diminuíram suas remessas de tropas para os mercados regionais, dado a concorrência de outros centos produtores. Contudo, é exagerada e sem respaldo documental a afirmação de que o pastoreio se transformou em atividade de caráter de subsistência. As fazendas continuaram produzindo gado como sempre produziram, comercializando a produção e auferindo rendimentos.

A agricultura pode ser, com segurança, caracterizada como de subsistência até primeira metade dos Oitocentos. O incentivo à produção de cereais visava à diversificação da dieta alimentar para diminuir as matalotagens nas fazendas, o que significa reduzir o número de rezes abatidas para consumo. Inicialmente plantava-se, sobretudo, feijão e milho. Com o passar dos anos, estimulou-se o cultivo de mandioca, algodão, cana-de-açúcar e fumo. Na lavoura praticada nas fazendas, públicas e privadas, a mandioca foi o plantio de maior importância, por potencializar a existência de uma rede de integração socio-econômica em decorrência do processo de fabricação de farinha. O mercado para a comercialização da farinha era relativamente amplo, considerando-se a estrutura populacional.

Originou-se uma malha de distribuição do produto que, embora dependente das passadas dos animais, conseguia suprir as mais distantes fazendas, povoados e vilas. O comércio interno de gêneros, entre eles a farinha, era regular e expressivo, o que incentivou a Câmara de Vereadores de Oeiras, em 1850, a regulamentar posturas para a comercialização na Casa de Feiras ou mercado. Para a Casa, eram regularmente enviadas tropas com farinha de diferentes fazendas e negociantes. Em 1770, as fazendas públicas já forneciam farinha para a Vila. Em 1845, o departamento de Nazaré (as propriedades eram administrativamente divididas em departamentos ou Inspeção, Nazaré, Piauí e Canindé) enviou em uma única entrega, considerada "última condução" de um total de quatro, cerca de 54 alqueires (1.620 quilos). As unidades produtivas, as fazendas, potencializaram um processo de acumulação de riquezas capaz de estruturar a vida urbana e engendrar a formação de um mercado interno articulado. Somados ao interesse de administração política, os rendimentos provenientes da pecuária incentivaram o processo de urbanização. Muitas vilas surgiram e cresceram em função de construções residenciais de fazendeiros. Na nova Capital, Teresina, por exemplo,

“A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões.”

foi fundamental o apoio dos proprietários rurais na edificação e financiamento (muitas doações) de casas particulares e prédios públicos. É, sobretudo, nestes aglomerados, e por conta do dinheiro dos fazendeiros, que se esboça e se estrutura “a vocação” da economia piauiense: o comércio e os serviços. Portanto, a elite rural financiou diretamente a diversificação da economia.

Nas maiores vilas, a necessidade de comercialização de produtos primários evoluiu rapidamente para o de bens mais elaborados e caros. Produtos que por falta de produção interna passaram a ser adquiridos fora do Estado, muitos no exterior, fazendo fortalecer a categoria negociante e proliferar casas comerciais. Paralelo, cresceram o número de repartições públicas e o de trabalhadores disponibilizados para os serviços requeridos pelo status dos fazendeiros, comerciantes, administradores e funcionários públicos. Estrutura-se, portanto, um mercado de trabalho formado por trabalhadores dependentes, escravizados ou livres, para servir aos donos do dinheiro e aos donos do poder com a mesma subserviência e disciplina requeridas nas fazendas.

A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões. Não investiram e boicotaram as iniciativas de investimento na produção de bens que necessariamente dependiam de esforços industriais. Estas elites optaram pelo tempo pré-capitalista para viver, e legaram o estilo de vida ao Estado.

Nos próximos números do Informe Econômico trato com mais vagar da história econômica piauiense, começando pelo processo produtivo da pecuária escravista ●

CELSO FURTADO E A ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Samuel Costa Filho*

A obra de Celso Furtado, assim como os trabalhos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a problemática do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para esses autores, a preocupação com o desenvolvimento capitalista brasileiro diz respeito ao estudo do processo de constituição de uma economia nacional relativamente autônoma. Embora utilizando métodos de análise distintos e estudando períodos diferentes da nossa história, todos os três estudiosos irão chegar a constatação de que o Brasil enfrenta um momento decisivo na sua constituição como nação.

Celso Furtado pensa a problemática do desenvolvimento como decorrentes de mudanças qualitativas na divisão técnica do trabalho e de modificações qualitativas e quantitativas na riqueza social. Nessa ótica, Furtado vê o desenvolvimento como processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social.

De acordo com Furtado, no processo de construção da nação brasileira se faz necessário superar nossa dependência cultural, econômica e tecnológica. Este fato se deve a inserção subordinada de nossa civilização no sistema capitalista mundial como produto da acumulação mercantil portuguesa. Desse modo, o desenvolvimento econômico brasileiro deve ser um processo no qual a sociedade subordine a economia aos seus objetivos, tendo o controle dos meios e fins a atingir.

Na obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado apresenta como se processou de milagre em milagre a formação desse país chamado Brasil. Demonstra também como a sociedade e a economia brasileira foi produto da empresa colonial integrada ao sistema econômico europeu objetivando viabilizar a acumulação primitiva do capital.

Em obras posteriores Celso Furtado procura explicar a existência de um processo de constituição e de formação econômica do Brasil até 1930, e como esse processo foi interrompido e/ou paralisado. Dito de outra maneira, Furtado procura explicar na formação econômica do Brasil, as circunstâncias externas e internas que levaram nosso país a crescer e se modernizar sem enfrentar dilemas históricos, sem resolver seus problemas, e como agora temos que enfrentar essas questões.

A construção de um sistema econômico nacional-**Nação**, se dá para Furtado por um processo adaptativo que:

1) realize a construção territorial e sociocultural da unidade nacional;

2) fortaleça os centros internos econômicos de decisão e o comando do excedente, e

3) construa uma base nacional, reciclando as formas de dependência. Todavia, o Brasil em virtude da sua heterogeneidade econômica, social e cultural apresenta limitações a esse processo, acarretando graves desequilíbrios sociais e regionais.

Segundo Furtado, o peso da herança colonial é fundamental para entendermos a nossa dimensão continental, o desenvolvimento da heterogeneidade social e cultural, como também o caráter atávico da economia nordestina. A gênese do nosso subdesenvolvimento está ligada a difusão desigual dos frutos do progresso técnico decorrente da revolução industrial concentrada em certas áreas, enquanto o Brasil, ao longo desse período, encontrava-se passando por um hiato produtivo entre o ciclo do ouro e o ciclo do café (1775-1850), ou seja, o Brasil ao longo deste período tem uma inserção irrelevante no sistema capitalista mundial no momento inicial de difusão do Fordismo. Outro ponto que deve ser enfatizado diz respeito ao caráter ultra-elitista e dependente da economia cafeeira prejudicando o aparecimento de uma burguesia nacional.

A revolução industrial concentrou em alguns países a especialização na produção de manufaturas, ficando os demais países produzindo produtos agrícolas e matérias-primas destinadas à exportação, formando o que Raul Prebisch classificou de sistema “centro-periferia”.

Nesse contexto, o subdesenvolvimento brasileiro decorre do processo de modernização, que aliou a difusão de valores e a conseqüente adoção de padrões de consumo imitativo de sociedades com nível de riqueza muito elevados, a existência de um sistema produtivo que apresenta segmentos operando com níveis tecnológicos distintos, isto é, um setor moderno ligado à exportação e setor atrasado produzindo para o mercado interno.

Como se nota, para Celso Furtado o desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo histórico, em que a idéia de dependência é parte integrante dessa lógica. Para Furtado o subdesenvolvimento, por conseqüente, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional.

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período

* Solimar Oliveira Lima é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutor em História pela PUCRS.

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período estava centrada no café. Foi essa economia cafeeira que criou condições e os requisitos técnicos, substrato social (base empresarial) e a infra-estrutura econômica que deram a base para o nosso processo de industrialização.

A transformação de uma economia primário-exportadora em economia industrial ocorreu em sua primeira fase entre 1929-1945, quando a crise da divisão internacional do trabalho abre um campo de oportunidade para industrialização das economias periféricas. Esse processo chamado de substituição de importações se iniciou pelas indústrias mais simples e com pouca exigência de tecnologia e capital.

A segunda fase desse processo compreendeu o período de 1945 a 1973. A reorganização da divisão internacional do trabalho sob a hegemonia dos EUA provocou a internacionalização dos mercados. O Brasil durante o Governo JK implementou o Plano de Metas e estimulou a entrada do capital internacional e das empresas multinacionais, subordinadas ao interesse do nosso desenvolvimento. Diretriz que logo será pouco a pouco abandonada.

A terceira fase que se iniciou em 1973 representou a crise do modelo brasileiro de substituição de importações. A implantação do II PND "Plano Nacional de Desenvolvimento" significou o último suspiro da industrialização brasileira.

O processo de industrialização que contribuiu de forma decisiva para a formação do nosso país como nação, articulando em um sistema, econômicas regiões que antes se vinculavam predominantemente com o exterior, sofreu uma paralisia dos centros internos de decisão e do Estado nacional com a crise da dívida externa.

Segundo Furtado, durante grande parte do processo de industrialização e até por volta de 1983, o Brasil conseguiu avançar no processo de consolidação da formação nacional. As taxas de crescimento, a nossa constituição espacial, a nossa cultura e outros fatores possibilitaram ao nosso país progredir e vencer vários desafios e dificuldades e ao mesmo tempo ir acumulando graves problemas sociais, regionais, etc. Dessa maneira, o modelo que começou a apresentar dificuldades a partir de 1973 sofre sua paralisia e interrupção por volta de 1983 na crise da dívida externa, quando o contexto internacional vem fechar o campo de ação para a nossa constituição como nação.

Diversos condicionantes externos e internos contribuíram para tal desenlace. No contexto externo, Furtado aponta o processo de transnacionalização e/ou internacionalização do capital, a crise do modelo criado em Breton Woods e a tentativa de constituição de uma nova ordem econômica internacional, além do esgotamento do paradigma tecnológico advindo da segunda revolução industrial e a conseqüente emergência

de um novo paradigma.

No que diz respeito aos condicionantes internos que contribuíram para a interrupção do processo de construção do Brasil como nação, Furtado indica que a crise da dívida externa brasileira fazendo com que a política econômica nacional ficasse subordinada aos interesses do capital internacional, para o pagamento dos serviços dessa dívida e a aceitação por parte de nossas autoridades das imposições impostas pelo Sistema Financeiro Internacional. Esses fatos fizeram com que nosso país se posicionasse novamente de forma subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

Esses acontecimentos determinaram a quebra da espinha dorsal do regime central de acumulação então vigente e o debilitamento dos centros internos de decisão, principalmente do Estado nacional. Ocorreu uma elevação de poder do Capital frente ao Estado, e ainda, se elevou o poder desse mesmo Capital frente ao trabalho e dos países desenvolvidos frente aos países subdesenvolvidos.

No Brasil presenciamos durante esta fase uma deterioração da nossa moeda e da base fiscal de sustentação do Estado, além de uma tendência:

- 1) ao recrudescimento da nossa heterogeneidade social e regional;
- 2) ao aumento da dependência financeira nacional;
- 3) ao agravamento da dependência tecnológica e cultural;
- 4) ao ressurgimento do neoliberalismo e a santificação do mercado, e
- 5) negação da vontade política da nação.

Dessa forma, os elementos externos e internos levaram a essa negação da vontade política nacional, com a deterioração dos centros internos econômicos de decisão e a redução no comando de excedente, que ficaram a mercê do contexto, dos organismos e empresas internacionais. Diante do processo de globalização debilitamos ainda mais autonomia nacional.

Finalizando, apresentamos o que Celso Furtado pensa a respeito do nosso modelo:

"A característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular" ●

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" **

*"Pois a terra com certeza é obra da natureza,
Que pertence a cada um.
Se a terra foi Deus quem fez, se é obra da criação,
Devia cada freguês ter seu pedaço de chão.
Muita gente não combina esta verdade divina,
Mas um julgamento eu faço e vejo que julgo bem,
Se eu sou da terra também, onde é que tá meu pedaço?
Esta terra é desmedida e devia ser comum,
Devia ser repartida um taco prá cada um,
Moede morar sossegado.
Eu já tenho imaginado que abaixo o sertão e a terra
Devia ser coisa nossa.
Quem não trabalha na roça, que diabo é que quer com terra?"*

(Trecho de "A Terra é Naturá", de Patativa do Assaré, poeta popular nordestino)

O debate em torno da questão agrária no Brasil, vem sendo retomado com maior intensidade e despertando interesse entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Isto se deve, principalmente, ao agravamento da crise pela qual passa o País, em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico exportador-concentrador, aqui posto em prática pelos governos pós-1964. Este modelo desenvolvimento vem desencadeando na zona rural brasileira uma evolução da concentração da posse e da propriedade da terra, ou para fins especulativos, ou para o cultivo em grandes plantações altamente modernizadas, de culturas de exportação, ou ainda, para implantação de projetos de plantio de cana que objetivem a produção de álcool, ou projetos de plantio de pastagens para criação de gado.

A política agrária implantada por esses governos vem provocando um processo de expulsão em massa dos trabalhadores rurais; aumentando, consideravelmente, as tensões sociais e os conflitos no meio rural, em torno da posse e da propriedade da terra. Por outro lado, nos centros urbanos aumenta o número de favelados; multiplica-se o desemprego e o sub-emprego e a violência urbana alcança níveis bem elevados.

Inúmeras são as correntes ideológicas que procuram interpretar a Questão Agrária no Brasil, e nesta questão mais ampla um aspecto se apresenta como dos mais polêmicos, o da **pequena exploração camponesa** ¹, principalmente, de qual seria a correlação existente entre esta e a exploração capitalista dominante. Entretanto, essas correntes, basicamente, se alicerçam teoricamente em duas teses clássicas. A primeira, é a

* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

GRÁRIA: algumas reflexões teóricas*

de que haveria um "modo de produção camponês", em que as pequenas unidades se auto-reproduziriam, funcionando como um sistema independente do modo de produção dominante; enquanto que a segunda, vê como tendência a extinção da pequena exploração, através da expropriação e proletarianização de seus membros. Vejamos de forma sucinta a primeira e de forma mais detalhada a segunda.

A primeira tese defende a existência de um campesinato permanente que resistiria a qualquer tentativa de superação. Sendo que este se reproduziria internamente com mecanismos próprios. No seio desse campesinato haveria um equilíbrio entre a unidade de consumo (a casa) e a unidade de produção (a roça), que permitiria a seus membros da unidade de trabalho familiar se reproduzirem. Os que defendem esta auto-reprodução camponesa, admitem a existência de um "modo de produção camponês", que não se articula e independe do modo de produção capitalista, não obedecendo às leis gerais do modo de produção dominante.

A segunda tese, parte da assertiva de que o desenvolvimento do capitalismo está assentado na divisão social do trabalho. Sendo que dentro do processo de expansão do capitalismo no campo é que se constata que o capital ao se apoderar da agricultura provoca transformações nas antigas formas de produção e gera a necessidade de aparecimento de novas formas, ainda que estas transformações se dêem de forma bastante lenta. E mais, que embora com leis próprias, na agricultura a pequena exploração tende a ser absorvida pela grande, à semelhança do que ocorre na indústria, no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Num instante primeiro, com o surgimento da indústria urbana, quando a divisão social do trabalho nas unidades familiares produtoras da zona rural encontrava-se ainda num estágio inicial, é o desenvolvimento dessa indústria que vem, em princípio, desmantelar a indústria artesanal rural (*indústria doméstica*), pois a primeira passa a produzir ferramentas e instrumentos agrícolas que os camponeses necessitavam e não possuíam condições de produzir.

Com o estreitamento da relação campo-cidade e com a evolução tanto da indústria quanto do comércio, são geradas novas necessidades no homem do campo uma vez que a *indústria doméstica*, já ultrapassada pela indústria urbana, não conseguia mais atender. Principalmente, se considerarmos o aspecto concorrencial entre a *indústria doméstica* e a indústria urbana, veremos que o aumento da produtividade do trabalho nesta última permitia que ela vendesse suas mercadorias a preço mais baixo do que o custo de produção da primeira. Assim sendo, aquele camponês que an-

teriormente mantinha com o mercado apenas um leve contato, no sentido de levar seu excedente para aquisição de mercadorias que não produzia passa, agora, a intensificar sua articulação com o mercado, levando quantidades sempre maiores de sua produção, com o objetivo de adquirir quantidades maiores de dinheiro e, com essa disponibilidade financeira maior, adquirir um número sempre crescente de mercadorias que já não mais produzia. Constata-se aí, o processo de transformação da produção agrícola de subsistência em produção de mercadorias, tornando-se o camponês um "agricultor puro".

Com o desmantelamento da *indústria doméstica* e levando em conta o caráter de sazonalidade da agricultura, este camponês que anteriormente supria suas necessidades desenvolvendo atividades, parte do ano na agricultura, parte na sua pequena indústria, necessitará agora, além de trabalhar com maior intensidade a terra, exercer outra atividade por meio da venda de sua força de trabalho, isto é, tornando-se assalariado para preencher de forma substitutiva, o período em que anteriormente ele se ocupava da *indústria doméstica*. Como observa Kautsky, "ele enfrenta as suas necessidades de dinheiro vendendo não o excesso de seus produtos, mas o seu excesso de tempo." (Karl Kautsky, in: *A Questão Agrária*, 1981:187)

É importante ressaltar, que tendo em vista a necessidade que a unidade familiar camponesa tem em produzir sempre uma quantidade maior de produtos, com vistas a poder reproduzir sua força de trabalho, bem como, ao levarmos em consideração que a porção de terra que dispõe é fixa e insuficiente, alguns membros da família terão que se proletarianizar. Por outro lado, este mesmo camponês que foi forçado a ter alguns de seus membros da família proletarianizados (via de regra, os mais jovens), durante os picos de produção sentirá necessidade de assalariar outros trabalhadores rurais. Ou seja, se num momento o camponês é forçado a se assalariar, noutro, ele se vê na contingência de ter assalariados.

Numa etapa seguinte da expansão do capitalismo no campo, o camponês entra numa fase de empobrecimento contínuo, de forma tal que retirada de sua produção a parte que obrigatoriamente comercializa, o que sobra para autoconsumo só consegue reproduzir em condições subumanas a força de trabalho da unidade familiar. Este fato se dá, principalmente, quando da intervenção do Estado na agricultura, através de órgãos de pesquisa, de assistência técnica, de extensão rural e de crédito, pressiona o camponês com vistas a adquirir insumos e implementos agrícolas (muitos deles desnecessários, e outro tanto incompatível com a pequena exploração) sob a máscara de "moder-

nizar a agricultura", quando na realidade visa a atender os interesses do grande capital industrial. Ao mesmo tempo, pelo maior distanciamento desse camponês do mercado consumidor, faz com que suas mercadorias sejam vendidas abaixo do valor, sendo que seu *sobretabalho*, em primeira instância, seja apropriado pelo capital comercial.

Ora, o camponês ao procurar dispor de um lote de terra busca, unicamente, produzir para a sua sobrevivência; sendo que onde predomina o modo de produção capitalista fica descartada a hipótese de lucro e de apropriação da renda fundiária. No entanto, a adoção de novas técnicas, impostas principalmente através da ação do Estado, determina que ele passe a depender do capital financeiro, hipotecando sua terra.

O camponês proprietário ao passar por todas essas fases descritas, vê chegar até a fase de hipoteca de seu pequeno lote de terra, e a tendência é se tornar inadimplente, tendo, portanto, que se desfazer de sua terra, e dessa forma proletarianizar-se.

Esse processo de proletarianização dos camponeses sofre fluxos e refluxos, dentro do modo de exploração capitalista, pois os próprios capitalistas e o Estado procuram, de forma contraditória ao desenvolvimento do capitalismo, num momento evoluir para um estágio de alta concentração da propriedade da terra, e noutro, fragmentar a propriedade privada da terra, daí Karl Marx afirmar que "A agricultura deve passar indefinidamente da concentração à subdivisão e inversamente, enquanto subsistir a organização da sociedade burguesa." (Citado por Kautsky, 1981:185) E, quando há uma recriação da pequena propriedade é com o intuito de repor à disposição do grande proprietário uma força de trabalho disponível a qual havia sido expulsa e se proletarianizada, anteriormente no processo de concentração da propriedade territorial.

¹ Consideramos *pequena exploração camponesa* aquela baseada no trabalho dos membros da família, e que só eventualmente emprega trabalho assalariado, ou tem seus membros ocasionalmente que venderem sua força de trabalho, a fim de complementar suas rendas, sendo que o seu relacionamento com o mercado é feito pela venda do "excedente" produzido, de forma a permitir que satisfaça outras necessidades.

*Texto extraído da monografia: "Notas Exploratórias sobre a Pequena Exploração Camponesa na Região de Picos-Piauí", Campina Grande, 1982.

** Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" é professor adjunto e Coordenador do Curso de Economia da UFPI

A POLÍTICA NEOLIBERAL SOBRE O ESTADO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

Clenilson Cruz Lima*

Temos como objetivo explicar de maneira clara e objetiva a implementação das políticas neoliberais, suas conseqüências na estrutura sócio-econômica brasileira e tecer algumas considerações sobre o estado democrático. Para isso, devemos partir de sua origem.

O neoliberalismo como política econômica nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial – sua obra basilar encontra-se em “O caminho da Servidão” de Friederich Hayek – na região da Europa e dos Estados Unidos onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista Keynesiano, o que determinou, nos países o surgimento do Estado de bem-estar social e, nos países periféricos, como o Brasil, do estado desenvolvimentista. Com a chegada da grande crise da década de 70, as idéias políticas neoliberais passaram a ganhar terreno. Estabilidade monetária deveria ser meta de qualquer governo. Para isso, seria necessário um equilíbrio fiscal com contenção dos gastos sociais e do investimento público, a reestruturação da taxa “natural” de desemprego com o conseqüente aumento do “exército industrial de reserva” para dinamizar novamente a economia além de uma política de desvalorização cambial com o intuito de favorecer o aumento das exportações.

A implementação econômica, político-ideológica e social do neoliberalismo no Brasil, tem alcançado seus objetivos. Economicamente, aumentou a dependência externa já que a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento está centrado no fluxo de capital estrangeiro, na incorporação e dependência técnico-científica e na importação de bens e serviços. Político-ideologicamente obteve êxito disseminando a simples idéia de que não há alternativa, todos têm de adaptar-se as suas normas e, portanto a ideologia de um pensamento único. Socialmente, criou uma sociedade marcadamente mais desigual, heterogênea e fragmentada, com uma piora das condições de vida da grande maioria da população, formando uma “massa de excluído”.

Não se deve, no entanto, adotar uma visão unilateral de que somente as políticas neoliberais são responsáveis pela situação que hoje se manifesta. Concomitantemente ao avanço neoliberal o desenvolvimento técnico-científico – principalmente o ocorrido nos países centrais e em grande parte importado pelos países periféricos como o Brasil – também provocou um impacto sobre o atual modelo de desenvolvimento. Mas, isso é conseqüência da própria implementação das políticas neoliberais que exige que um país periférico como o Brasil incorpore-se diretamente ao mercado mundial e competitivo. Entretanto, esse desenvolvimento foi absorvido apenas por alguns ramos de produção, o que caracterizou uma estrutura de produção heterogênea, onde alguns ramos apresentariam uma maior produtividade com uma menor utilização do tra-

balho vivo em contrapartida a outros ramos de produção onde a produtividade apresenta-se menor e com uma maior utilização do trabalho vivo. A ocupação funcional desses ramos estaria exatamente fundamentada no atendimento do mercado externo em detrimento ao atendimento do mercado do interno.

Pode-se observar isso, através da fenomenal capacidade de substituir o trabalho vivo por máquinas informatizadas e computadorizadas uma vez que, sob o predomínio do neoliberalismo, observa-se um esgotamento do trabalho das massas – exatamente nesses ramos mais produtivos – que se traduz pelo desemprego maciço, pela desintegração social e pelo estado de anemia do homem enquanto ser social.

O aumento do desemprego, resultado da implementação das políticas neoliberais e da incorporação da tecnologia via importações, desintegra a sociedade pois elimina o elemento fundador da socialização humana historicamente constituído e determinado: o trabalho. Ao se retirar do homem o direito ao trabalho, retira-se dele o princípio básico que garante sua existência como cidadão, viola-se vilipendia-se seus direitos humanos e, colocados a margem da sociedade tornam-se supérfluos, fruto também da busca incessante e irracional pelo lucro.

Com o conseqüente desaparecimento do trabalho, formam-se as “massas” de desempregados que são marginalizados e excluídos. Com isso, enfraquece-se o poder do movimento sindical, minimiza-se uma das formas através da qual se pode lutar contra a exclusão social. No entanto, isto também é um dos objetivos da política neoliberal pois, sem o enfraquecimento do movimento sindical sua implementação sob o modelo de desenvolvimento que propôs estaria comprometida. “Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que procurou forjar – para falar numa linguagem bem marxista- foi uma crise no capitalismo que repôs o “exército industrial de reserva” e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante” (Alan Budd professor de economia e ex-assessor de Margareth Thatcher).

Os governos ainda fingem lutar pelo trabalho, combatendo o desemprego. Mas isso não passa de um mascaramento com o propósito de desviar a atenção do verdadeiro problema: a ausência de trabalho. É essencial alimentar a ilusão de empregos futuros para manter os indivíduos em situação de espera, de dependência, de humilhação e principalmente de competição assim, destruiu-se a socialização humana e permite que lhe sejam exigidos qualquer sacrifício, qualquer aceitação.

Para isso, a exclusão social é uma das condições prioritárias do sucesso econômico. A busca do lucro, marginaliza, precariza, coloca o homem enquanto ser social em situação de angústia, determina uma situação de horror, “horror econômico”, resultado de processos econômicos, mas não da ineficiência das teorias econômicas.

O que há, na verdade, é uma apatia das ciências que, respondendo aos interesses de grupos, classe e do capital distancia-se do seu verdadeiro papel de servir ao interesse social.

Desta forma, não se pode afirmar que exista uma crise das teorias econômicas, o que existe realmente, é a falta ou a sua não aplicabilidade porquanto servir apenas ao interesse de grupos. Como exemplo, podemos citar as teorias econômicas desenvolvida pela CEPAL, que em seus estudos sobre a situação de dependência da América Latina mostrou em que consiste a sustentabilidade do modelo nesses países – fluxo de capital estrangeiro e importação de bens e serviços – e determinou as condições através da qual se pode minimizar ou atenuar a situação de dependência externa e fomentar um processo de desenvolvimento interno. Mas, como sabemos, a implementação dessas teorias é inviável, não satisfatória por não corresponder ao interesse dos grupos dominantes e do capital. Assim, se existe realmente uma crise, esta não é econômica, mas política por corresponder ao interesse de grupos de homens e do capital produtivo.

Então a resolutilidade das políticas neoliberais tem realmente alcançado seus objetivos no Brasil, na medida em que, constituindo-se de interesse de grupos e do capital, marginaliza-se, exclui-se, desocializa-se e, além disso, destitui-se o Estado “democrático” brasileiro, pois a “democratização” se expande nos discursos e na ideologia dos regimes democráticos, mas a cidadania é negada pelas políticas neoliberais, distanciando-se de sua etimologia e do consenso de tradicional, onde o povo é titular de soberania ou exerce o poder diretamente ou por meio de seus representantes, distancia-se também do que Rousseau pregava, um Estado do povo, para o povo e com o povo. A democracia liberal opera a ruptura, a dissociação entre o cidadão titular de direitos e o homem real dependente da estrutura social e compelido a trabalhar para sobreviver, sujeitar-se as condições que lhe são impostas pelos detentores do capital.

Contudo, apesar da implementação das políticas neoliberais no Brasil e de suas conseqüências nefastas, não somente por marginalizar e excluir mas também por destruir o estado “democrático” com tudo isso, o ideal democrático deve continuar a ser uma das forças mais poderosas de aspiração social pois a democracia além de ser o modelo de uma forma de governo ou de regime político é um valor permanente, que corresponde a exigência e aspiração do ser humano de se tornar senhor do seu próprio destino, tornar-se cidadão ●

* Clenilson Cruz Lima é aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.

O REAL, O CÂMBIO E AS EXPORTAÇÕES

Ernani Araújo Filho*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a questão cambial brasileira a partir da implantação do Plano Real. Isto é, entre as várias justificativas apresentadas para a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, encontrava-se aquela que dizia ser de fundamental importância expor o empresariado nacional à concorrência externa e, assim, forçá-lo a adotar um conjunto de medidas como a adoção de novas tecnologias, novos métodos organizacionais, de maneira que a produtividade crescesse, tornando-o, dessa forma, mais competitiva, o que permitiria o crescimento das exportações.

Tal exposição, afirmavam os condutores da política econômica, dar-se-ia, fundamentalmente, via redução de tarifas e manutenção de um câmbio valorizado. Com relação a tal situação diga-se o seguinte: é fato que, durante um longo período, o Brasil conviveu com altas taxas de inflação. Tal conjuntura impedia que o país pudesse viabilizar uma estratégia conseqüente de crescimento econômico. Sendo assim, para que o Brasil pudesse apresentar taxas robustas de crescimento econômico, era de fundamental importância, como passo inicial, por fim à tormenta inflacionária que se abatia sobre o país. A opção por um câmbio valorizado - já que favorece as importações - significava o aumento da oferta de bens e, portanto, com esse aumento da oferta de bens, os preços praticados teriam fatalmente que cair.

O diagnóstico elaborado por aqueles que viabilizaram o Plano Real, relatava que o grande problema enfrentado pelo Brasil, dizia respeito ao forte desequilíbrio fiscal existente. Ou seja, na medida em que o estado brasileiro era forçado a gastar mais do que arrecadava ele estaria gerando inflação. Assim, na época da elaboração do Plano Real, havia um grande consenso entre os economistas de que qualquer plano que pretendesse ser vitorioso no combate à inflação tinha de cuidar, como ponto de partida, do ajuste fiscal.

O êxito do programa de estabilização foi tão avassalador que o então presidente da república, Itamar Franco, elegeu seu sucessor ainda no primeiro turno das eleições ocorridas em 1994. Todavia, os avanços necessários para a consolidação do Plano Real foram sendo sistematicamente aliados, isto é, os condutores do Plano fizeram uma aposta de que sempre haveria capital externo disposto a financiar a "farra dos importados". Portanto, não tinha que haver maiores preocupações com a geração de um saldo comercial positivo. Como se sabe, em curto espaço de tempo, tal aposta se revelaria perdedora forçando cada vez mais as autoridades econômicas brasileiras a elevarem a taxa de juros como forma de atrair capital externo para fazer frente ao déficit da balança comercial.

O que estava por trás de tal comportamento, quer dizer, qual era o diagnóstico que sustentava tal opção de política econômica? O câmbio, afinal de contas, tem ou não tem um papel relevante na expansão das exportações¹? É verdade, segundo

afirma Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real, que a desvalorização do Real acontecida em 1999 foi inócua uma vez que as exportações brasileiras não tiveram o comportamento esperado, isto é, não aconteceu uma expansão das exportações? O que ensina a teoria econômica sobre tal questão? Para tentar responder a essas indagações, o presente trabalho terá, além desta introdução, mais quatro sessões: a primeira terá a preocupação de mostrar que, embora vitorioso no combate à inflação, o Plano Real conduziu a economia brasileira para uma situação onde o balanço em conta corrente se tornou o grande limitador da retomada do crescimento econômico; a segunda sessão terá a intenção de mostrar os ensinamentos da teoria econômica sobre a relação existente entre câmbio e exportações; a terceira sessão irá mostrar a experiência da economia americana quando da desvalorização cambial; e, por fim, na quarta sessão, serão feitas as conclusões.

1. O REAL E O COMÉRCIO EXTERIOR

O programa de estabilização de preços levado adiante a partir de 1993 envolvia, segundo Oliveira (1996), quatro fases: ajuste fiscal; criação da URV; conclusão da reforma monetária; e as reformas estruturais.

Com relação à primeira fase, ajuste fiscal, os economistas na sua grande maioria argumentavam que o equilíbrio das contas públicas era absolutamente essencial para um programa de estabilização ser bem sucedido; portanto, nada mais coerente que providenciar tal equilíbrio. Nesse sentido, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), cujo objetivo era ampliar o volume de arrecadação e, dessa forma, permitir uma maior folga na gestão monetária de 1994 e 1995. Contudo, o FSE, desde o nascedouro, já veio com sérias limitações uma vez que boa parte de suas fontes proveio de receitas já existentes simplesmente realocadas de suas dotações originais. Naquela conjuntura de final de governo ficava muito difícil, se não impossível, adotar um conjunto de cortes nas despesas públicas; portanto, a solução encontrada foi elevar os juros para conter a demanda; a segunda fase foi o período no qual a sociedade brasileira viveu uma situação de hiperinflação sem padecer dos males por ela provocados. Foi absolutamente genial². Os economistas que participaram da elaboração da estratégia de estabilização da economia brasileira, perceberam que todas as experiências exitosas de estabilização de preços foram precedidas por uma hiperinflação. Assim, a fase da URV foi, sem lugar a dúvidas, a de uma hiperinflação sem os malefícios por ela provocados, ou seja, foi uma hiperinflação de laboratório; a terceira fase foi aquela da introdução do Real; a quarta fase estava relacionada com o programa de reformas a serem implementadas.

O fato é que mesmo tendo sido bem sucedido no combate à inflação o Plano Real deixou ao país uma situação extremamente delicada no que se refere às contas externas. Netto (1998) se reporta ao Plano

Real como tendo sido um plano extremamente engenhoso no combate à inflação, mas já naquela época alertava sobre os danos de se manter um câmbio valorizado por um período demasiado longo. Netto (op. cit.) argumenta que a primeira coisa que acontece quando se insiste em uma valorização cambial é que o país começa a sacar sobre o exterior. Ou seja, a situação externa rapidamente se deteriora, as exportações não são suficientes para fazer frente às importações e, nesse momento, o governo se ver forçado a elevar juros para conter o crescimento econômico e dessa forma reduzir o déficit nas contas externas. Se a contrapartida de um câmbio valorizado é a redução da atividade econômica por que, então, insistir em tal estratégia? A resposta pode ser encontrada em um "paper" que o então diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, fez circular³.

Franco (1996) argumenta que o modelo de Substituição de Importações tinha dois pilares básicos: a inflação como sendo o mecanismo de financiamento do crescimento econômico; e o protecionismo econômico como forma de garantir mercados cativos para os investimentos públicos e privados. Segundo Franco (op. cit.) durante um certo período o modelo foi extremamente bem sucedido no que se refere ao crescimento econômico⁴. O problema, no entanto, é que a partir dos anos 80, o modelo deixou de ser virtuoso: por um lado, a falta de concorrência externa havia estimulado a inação do empresariado brasileiro em busca de novas tecnologias, novos métodos organizacionais; com isso, teve-se a estagnação do crescimento da produtividade. Por outro; a inflação, que era o combustível do crescimento gerado pelo modelo, chegou ao ápice quando o estado brasileiro foi precisando cada vez mais de inflação para garantir os recursos necessários ao seu financiamento. Ora, na opinião de Franco um modelo de desenvolvimento que implica estagnação da produtividade e tem a inflação como mecanismo de financiamento só pode ser concentrador de renda. Daí, portanto, a necessidade de abandonar o modelo de Substituição de Importações e garantir o desenvolvimento econômico brasileiro em outras bases. O novo modelo de desenvolvimento a ser adotado terá de ser calcado no crescimento da produtividade e isso só vai ser possível com a exposição do empresariado brasileiro à concorrência externa.

Mesmo se admitindo que o argumento de Gustavo Franco esteja correto vale alguns comentários. A abertura comercial iniciada ainda no governo Collor deveria de ter sido acompanhada por uma desvalorização da taxa de câmbio; o que, efetivamente, não ocorreu. A partir da implantação do Plano Real, cuja âncora foi a taxa de câmbio nominal, implementou-se uma valorização artificial do Real: \$1 dólar valia R\$ 0,83. Aquela valorização foi produzida pelo grande volume de capital externo que veio aproveitar as oportunidades de ganho permitidas pelas altas taxas de juros aqui vigentes. Como consequência, tivemos o enfraquecimento do sistema bancário brasileiro, a inviabilização

da empresa nacional e o agravamento do déficit fiscal da união, estados e municípios.

No entanto, em vez de assumir o equívoco com relação à longa duração de um câmbio valorizado e procurar corrigi-lo as autoridades econômicas brasileiras insistiram em um discurso que segundo Netto (1998) estava baseado em três pontos:

- 1) é bom ter déficit em conta corrente;
- 2) na medida em que forem excessivos, os déficits serão corrigidos pelo aumento da poupança interna; e
- 3) a taxa de câmbio real não serve para explicar o déficit na balança comercial.

Rebatendo cada um dos argumentos acima Netto (op. cit.) faz os seguintes comentários: primeiro, não se pode falar que ter déficit em conta corrente é bom ou ruim. Para se ter um correto julgamento sobre os déficits em conta corrente é necessário saber se estão sendo efetivados com o propósito de ampliar a capacidade produtiva, isto é, realizar investimentos ou financiar o consumo; segundo, como é que se aumenta a poupança interna sem reduzir gastos e, além disso, caso não seja acompanhada por uma mudança nos preços relativos, isto é, uma modificação na taxa de câmbio real, apenas vai significar redução do nível de atividade interna; e, pô fim, dizer que a taxa de câmbio real não tem qualquer influência sobre o déficit na balança comercial está errado. Isto porque a taxa de câmbio real é um preço relativo, é ela quem vai determinar a composição da cesta do consumidor. Com o câmbio real valorizado os preços dos produtos importados vão cair; aumentando, portanto, a demanda por esses produtos.

A despeito de toda a retórica existente de que a abertura comercial ladeada por uma valorização cambial tenha conduzido a aumentos na produtividade⁵; tornando, assim, a indústria nacional mais competitiva o que se teve de nacional foi o agravamento da situação fiscal ao tempo em que o empresário brasileiro, com o crédito extremamente caro, além de ter os produtos estrangeiros subsidiados por uma política cambial equivocada, fechou as portas.

Rodrik (1999) pondera que os países que tiveram uma experiência virtuosa de crescimento econômico a partir da Segunda Guerra Mundial, foram aqueles países bem sucedidos na formulação de estratégias de investimentos domésticos ao mesmo tempo em que construíram instituições adequadas para enfrentar choques adversos, não aqueles países que tenham reduzido suas barreiras comerciais ou suas barreiras com relação ao fluxo de capitais. Rodrik (op. cit.) prossegue argumentando que as relações entre taxas de crescimento econômico e indicadores de abertura, sejam eles tarifários ou não tarifários, é fraca. Para ele, os formuladores de política econômica deviam se concentrar nos fundamentos do crescimento econômico que são: investimento, estabilidade macroeconômica, recursos humanos e uma boa *performance* governamental e não deixar que a retórica de integração econômica internacional domine, por completo, a estratégia de desenvolvimento econômico.

Com a desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999 o câmbio passou, então, a ser um instrumento que "jogava a favor" do crescimento econômico. No entanto, Franco (1999) argumenta que aquela desvalorização não era necessária uma vez que as empresas já haviam se ajustado, quer dizer, haviam implementado um conjunto de medidas que as tornavam mais competitivas.

Além disso, onde estava a tão falada recuperação das exportações que não aconteceu com a desvalorização do Real? O economista vai além, não admite o fato de que os juros praticados estavam elevados em função do câmbio. Diz ele: "...*tinha uma falácia fundadora, cujo responsável talvez seja o Delfim: o problema era o câmbio, e a taxa de juros era alta por causa do câmbio. Parecia que o Brasil era diferente do resto do mundo: era o único país com déficit fiscal e cuja taxa de juros não era alta por causa disso. Com a desvalorização, ficou claro que existem limites para reduzir juros. Desculpe, mas eu não sou otimista quanto à capacidade de reduzir a taxa de juros enquanto a situação fiscal se mantiver precária...*" Franco (op. cit.). Quer dizer, então, que na opinião de Gustavo Franco a recuperação das exportações deveria ter ocorrido de imediato e que não existe uma relação causal entre câmbio e taxa de juros? O fato concreto é que os primeiros resultados da balança comercial continuavam apresentando déficit e isso, segundo Belluzzo (1999a), foi devido à combinação de três fatores:

- 1) o lento crescimento do comércio mundial;
- 2) ao baixo preço das *commodities*; e
- 3) as fortes desvalorizações realizadas pelos asiáticos, nossos concorrentes em vários mercados. Além disso, ainda conforme Belluzzo (1999b) uma queda mais rápida da taxa de juros dependeria de quatro fatores:

- 1) do comportamento da inflação;
- 2) dos ganhos na área fiscal;
- 3) do ritmo de redução do déficit em conta corrente; e
- 4) da substituição progressiva do dinheiro externo especulativo por empréstimo e financiamento de prazo mais longo. Caso fosse possível escolher algum caminho, o mais confiável seria aquele que levaria a um superávit comercial que seria obtido, segundo Belluzzo (op. cit.), através da eliminação das importações que estavam sendo subsidiadas pelo câmbio valorizado e que poderiam ser substituídas por produção doméstica. O argumento de Belluzzo continua no sentido de demonstrar que os ganhos que os países asiáticos tiveram na balança comercial se deveram, fundamentalmente, à queda das importações - algo em torno de 30% a 40% - e, não, como podem pensar alguns, devido a aumentos expressivos das exportações. Por isso não se entende a crítica de Gustavo Franco, quer dizer, a afirmação feita pelo economista não estava sendo precedida por uma análise mais acurada dos fatos⁶. Contudo, será interessante investigar o que a teoria econômica tem a dizer sobre o assunto, isto é, qual a relação que de fato existe entre câmbio e balança comercial? No caso de uma desvalorização cambial o aumento das exportações acontece de imediato? Na próxima sessão tentaremos reunir subsídios que possibilitem uma explicação a essas questões.

2. A BALANÇA COMERCIAL E O CÂMBIO REAL

A taxa de câmbio real, quer dizer, o preço relativo dos bens estrangeiros em termos de bens domésticos, é definido como $\epsilon = EP^*/P$, ou seja, a taxa de câmbio real, ϵ , é igual à taxa nominal de câmbio, E , o preço relativo da moeda estrangeira em termos da moeda doméstica, vezes o nível

de preços estrangeiro, P^* , dividido pelo nível de preços doméstico, P . Supondo que tanto quanto P são dados, uma depreciação na taxa nominal vai-se refletir integralmente em uma depreciação real. Supondo real e dólar: uma depreciação nominal de 20% do real em relação ao dólar, com P^* e P inalterados, os produtos brasileiros ficarão 20% mais baratos em comparação com os produtos americanos. Em sendo assim, tal desvalorização vai significar, dentre outras coisas, uma expansão das exportações. Mas vejamos como isso acontece.

A definição de exportações líquidas é dada por

$$NX = X - \epsilon M$$

Sabe-se que as exportações são função de Y^* , o produto estrangeiro, e da taxa real de câmbio, ϵ , ou seja, $X(Y^*, \epsilon)$. Por seu turno, as importações dependem do produto doméstico, Y , e da taxa real de câmbio, ϵ , isto é, $M(Y, \epsilon)$. Fazendo as devidas substituições temos, então, que as exportações líquidas, NX , serão, agora, definidas por

$$NX = X(Y^*, \epsilon) - \epsilon M(Y, \epsilon)$$

A nova expressão que define exportações líquidas nos mostra que a taxa de câmbio real, ϵ , aparece em três lugares. Sendo assim, o impacto de uma depreciação real vai afetar a balança comercial através de três canais:

- 1) uma depreciação vai tornar, imaginemos uma desvalorização do real frente ao dólar, os produtos brasileiros mais baratos nos EUA. Portanto, a demanda feita nos EUA pelos produtos brasileiros vai aumentar; significando, portanto, um aumento das exportações brasileiras para os EUA;

- 2) com a desvalorização os produtos exportados para o Brasil vão ficar mais caros o que reduz a demanda por esses bens. Portanto, em virtude de uma desvalorização cambial, ter-se-á uma redução das importações; e

- 3) com a redução das importações, uma vez que as mesmas estão mais caras, a demanda feita no Brasil vai-se direcionar para os produtos brasileiros⁸.

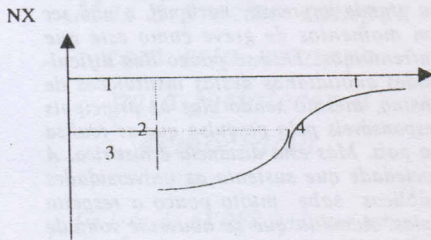
O objetivo que está por detrás de uma desvalorização cambial é o de melhorar as contas externas, entenda-se balança comercial. Para tanto, as exportações terão de aumentar e as importações cair. A condição segundo a qual uma desvalorização implica aumento das exportações e redução das importações é conhecida como condição de Marshall-Lerner.

Mesmo se sabendo que uma desvalorização provoca uma melhora na balança comercial, já que aumenta exportações e diminui importações, o fato é que esses efeitos não acontecem de maneira imediata como sugeriu Gustavo Franco. Pouco tempo depois de uma desvalorização seus efeitos se farão sentir mais nos preços do que nas quantidades. Sabe-se que um país ao desvalorizar seu câmbio vai ter o preço de suas exportações reduzido e o preço de suas importações aumentado. No entanto, tanto a quantidade importada quanto a exportada vão-se ajustar lentamente. Há uma explicação para essa "lentidão": pelo lado dos consumidores temos que a percepção deles quanto à modificação dos preços relativos demora algum tempo para acontecer. As empresas, por sua vez, demoram em procurar fornecedores mais baratos. Além disso, vários contratos de exportação e importação foram celebrados tendo como referência não a nova taxa de

câmbio, mas a passada. Ou seja, os contratos foram feitos com base em um câmbio valorizado. Sendo assim, não surpreende o fato de, a princípio, uma desvalorização cambial implicar uma piora na balança comercial.

Com o passar do tempo, porém, as modificações ocorridas nos preços relativos das exportações e das importações se farão sentir: as exportações vão aumentar e as importações diminuir. Prevalecendo a condição de Marshall-Lerner, tanto a reação das exportações quanto das importações vão-se tornando mais forte que o efeito do preço e o resultado final será uma melhora na balança comercial. Esse processo de ajuste é descrito pela curva J.

Figura 1. A Curva J



O câmbio é desvalorizado no instante $t=1$. Naquele momento havia um déficit na balança comercial igual a 1 2. A desvalorização aumenta o déficit para 1 3: os contratos de exportação e importação são assinados antes da entrega, e a transação entra nas estatísticas comerciais, não há, portanto, um efeito imediato sobre o volume de comércio. No entanto, sabe-se que entre países industrializados as exportações são faturadas na própria moeda do país exportador e as importações são faturadas na moeda do parceiro comercial; assim, o efeito inicial de uma desvalorização será uma piora da balança comercial: o valor das exportações em dólares cairá, já o valor das importações permanecerá constante. Os novos contratos assinados a partir de $t=1$ irão refletir os preços mais altos, em moeda local, cobrados pelos exportadores já que eles vão se aproveitar da desvalorização da moeda. O déficit, então, diminuirá e a tendência, supondo que a condição Marshall-Lerner predomine, é que a balança comercial passe a apresentar saldo positivo é exatamente isso o que irá acontecer a partir do ponto 4. Exatamente no ponto 4 a situação ainda é de déficit mas a tendência, dado que os novos contratos estão sendo feitos com base na nova taxa de câmbio, é de o saldo comercial se tornar positivo. Na próxima sessão iremos ver a experiência dos EUA quando da desvalorização cambial ocorrida em 1985.

3. A EXPERIÊNCIA AMERICANA DA DESVALORIZAÇÃO CÂMBIAL

Quando houve a desvalorização cambial nos EUA, em meados dos anos 80, esperava-se que a geração de saldos comerciais positivos para aquela economia fosse se tornar uma realidade. Como a balança comercial americana continuou a registrar déficit, a demanda por medidas protecionista tornou-se uma constante, além de as autoridades econômicas americanas passarem a demandar de seus parceiros comerciais, principalmente do Japão e Alemanha, alguma inflação. Vários economis-

tas argumentavam que a persistência do déficit comercial era consequência de um dólar ainda forte que, por sua vez, era decorrente do déficit orçamentário existente.

Krugman e Baldwin, analisando o porquê da persistência do déficit comercial ponderam que o correto tratamento da questão implicaria três partes:

1) a demora das firmas em trocarem de fornecedores, isto é, as firmas passarem a trabalhar com fornecedores mais baratos;

2) o fato de a demanda externa por produtos americanos não crescer tão rápido significava que o dólar teria de cair ainda mais caso se pretendesse atingir a posição comercial de 1980;

3) a evidência sugeria que mesmo que o câmbio viesse a ser aquele praticado no início dos anos 80, bem como a demanda externa ser equivalente à daquele período, a balança comercial não voltaria a ser superavitária.

Inicialmente, para bem conduzir a discussão da persistência do déficit na balança comercial americana, os autores passam em revista alguns fatos básicos sobre a balança comercial dos EUA. Tais fatos podem ser agrupados em quatro tópicos: evolução da taxa de câmbio; volumes de comércio; preços de comércio; e a própria balança comercial.

No que se refere à taxa de câmbio real, os autores mostram que de fato o dólar caiu para níveis semelhantes aos dos anos 70. Todavia, chamam atenção para o seguinte: o dólar com relação às moedas dos países da Europa ocidental e do Japão, de fato, caiu. No entanto, com relação às moedas do Canadá e dos NICs, principalmente Coreia do Sul e Taiwan, permaneceu estável. Além disso, para se compreender a persistência do déficit na balança comercial, os autores alertam para o fato de que antes de cair o dólar havia tido uma forte valorização. Sendo assim, para que a balança comercial viesse a apresentar saldos comerciais positivos era necessário que transcorresse algum tempo.

Como houve uma piora no déficit comercial americano após a desvalorização isso foi interpretado como sendo a manifestação da curva J. Todavia, os autores questionam o fato de que 1 ano após a desvalorização a balança comercial ainda apresentava saldos negativos. Sendo assim, eles encaram que tal manifestação não estava relacionada com a curva J; uma vez que já havia transcorrido tempo suficiente para que os volumes de comércio estivessem na direção correta, isto é, maiores exportações e menores importações.

No final de 1986 ainda não se percebia nenhum efeito da taxa de câmbio real sobre as importações e isso, segundo Krugman e Baldwin, estava relacionado com o fato de exportadores para o mercado americano terem adotado a estratégia de reduzir suas margens de lucros; garantindo, portanto, mercados para seus produtos. Além disso, a demanda externa por produtos americanos não era grande o suficiente para se contrapor ao crescimento da demanda feita nos EUA.

Devido ao fato de o déficit comercial americano persistir mesmo após a desvalorização do câmbio, surgiu, nos EUA, a tese de que a taxa de câmbio real é irrelevante na determinação dos saldos na balança comercial. Dessa forma, portanto, segundo dois economistas defensores de tal tese, Robert Mundell e Ronald McKinnon, o resultado da balança comercial

vai ser determinado pela diferença entre renda nacional e despesa nacional. Duas implicações surgem de tal tese: uma positiva e uma normativa: a positiva, como o déficit comercial nada tem a ver com taxa de câmbio não há que existir nenhuma surpresa com o fato de o déficit comercial continuar se manifestando após uma desvalorização cambial; a normativa, como a taxa de câmbio é irrelevante na determinação do ajuste na balança comercial ela deve ser mantida fixa, pois assim estará permitindo a realização de outros objetivos, notadamente a estabilização dos preços.

Krugman e Baldwin, analisando o argumento de Mundell e McKinnon, ponderam que existe uma confusão feita por aqueles economistas entre taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio real. De fato, a taxa de câmbio nominal não exerce nenhuma influência sobre a balança comercial o que não é o caso da taxa de câmbio real. A segunda parte do argumento de Mundell-McKinnon diz que o equilíbrio da balança comercial não depende da taxa de câmbio, mas do equilíbrio entre despesa e renda; portanto, a taxa de câmbio não precisaria ser modificada, isto é, desvalorizada, pois estaria garantindo a estabilidade dos preços. Tal visão não está, necessariamente, equivocada. O problema é que Mundell-McKinnon a tratam como sendo sempre verdadeira. As mudanças de preços relativos que ajustam o comércio entre os países podem ter sua origem em mecanismos outros que não a taxa de câmbio. Uma possibilidade é um determinado país aumentar seus gastos provocando inflação, enquanto outro país tem uma política econômica que provoca deflação. A questão é: uma tal alternativa é desejável?

4. CONCLUSÕES

Com a implantação do Plano Real, extremamente vitorioso com relação à estabilização dos preços, a economia brasileira se viu presa a uma armadilha, ou seja, se era fundamental no início do Plano manter o câmbio valorizado, a partir de um certo momento tal valorização passou a significar um entrave para a retomada do crescimento econômico. Para manter um câmbio valorizado, uma vez que isso implicava redução nas exportações, era fundamental a manutenção de juros elevados, pois só assim conseguiríamos atrair capital para financiar o déficit nas contas externas decorrente daquela opção. Por sua vez, os juros mantidos elevados impediam qualquer iniciativa de crescimento econômico.

A partir da desvalorização cambial acontecida em janeiro de 1999 a economia brasileira passou a ter a oportunidade de viabilizar uma estratégia consequente de desenvolvimento econômico. Ou seja, as autoridades econômicas do governam reconheciam, enfim, que o problema fundamental do Brasil era o baixo crescimento econômico. Portanto, abandonar a política de câmbio fixo significava a possibilidade concreta de as autoridades econômicas brasileiras iniciarem uma política de redução de juros. No entanto, a desvalorização cambial não implicou unanimidade. As críticas contrárias se baseiam no fato de que a balança comercial brasileira ainda não apresentava saldos comerciais convincentes, isto é, não se teve um vigoroso crescimento das exportações. Uma possível explicação para a demora da recupe-

recuperação das exportações pode ser encontrada na própria teoria econômica, isto é, na curva J. Além desta, alguns economistas argumentam que a desvalorização foi tardia no sentido de que outros países concorrentes do Brasil em alguns mercados saíram na frente, isto é, realizaram sua desvalorização cambial antes. É preciso considerar também dois outros fatores quando se fala em expansão das exportações pôr parte do Brasil, são eles:

1) o comércio mundial tem apresentado um crescimento lento; e

2) o baixo preço das *commodities*.

Sendo assim, mediante a esses fatores, não é de causar estranheza o fato de o Brasil ainda não ter conseguido mostrar um crescimento convincente de suas exportações ●

¹ Franco (1996) manifesta a opinião de que o superávit que até então existia na balança comercial brasileira não era algo sólido, já que estava baseado exclusivamente em um câmbio desvalorizado. Para que fosse algo concreto, segundo Franco (op. cit.), tal superávit deveria refletir uma maior competitividade dos produtos brasileiros e isso só seria possível com incremento da produtividade.

² Para Fiori (1995) a estabilização que ocorreu no Brasil, bem como em outros países da América Latina, coincidiu, e não pôr acaso, com uma recessão mundial acompanhada pôr uma redução nos juros oferecida pelos países centrais. Sendo assim, na visão dele, os "computer screen of money" – expressão que Fiori "rouba" de Moisés Naim –, foram os verdadeiros responsáveis pela estabilização ocorrida na América Latina. Tendo os países da AL desregulamentado seus mercados de capitais o volume de capital externo cresceu pôr aqui em torno de cinco vezes possibilitando, assim, uma estabilização via valorização cambial que exigia, pôr seu turno, uma elevação na taxa de juros praticada. Todavia, como mencionamos, a "hiperinflação de laboratório" criada pelos economistas brasileiros, tomamos a repetir, foi algo de genial.

³ Esse "paper" já foi mencionado anteriormente.

⁴ Pode-se afirmar, sem lugar a dúvidas, que o modelo de Substituição de Importações nos deixou de herança o mais completo e integrado parque industrial da América Latina

⁵ Hidalgo (1999) confirma que o aumento da produtividade da indústria brasileira foi uma realidade durante a década de 90. No entanto, pondera sobre o fato de não haver, entre os estudiosos do assunto, consenso sobre qual a magnitude do aumento acontecido.

⁶ O saldo da balança comercial brasileira no ano de 2000 foi negativo. Tal comportamento pode ser atribuído aos seguintes fatores:

1) subida no preço do petróleo;

2) os produtos brasileiros mais exportados foram justamente aqueles de maior conteúdo importado;

3) o mercado interno absorveu boa parte das exportações da petroquímica, aço, papel e celulose; e

4) os preços das *commodities* ainda se encontravam reduzidos (República, 2001).

⁷ Esta sessão se propõe a ser uma discussão teórica sobre a relação existente entre câmbio e balança comercial. Está fundamentada em Blanchard (1999), Williamson (1989) e Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998).

⁸ Comentando sobre a necessidade de se desvalorizar o câmbio Tavares (1998) pondera que tal necessidade estava ligada ao fato de se utilizar o câmbio como barreira à entrada, e o Brasil sempre se utilizou desse instrumento não para aumentar exportação uma vez que exportar, na visão de Tavares (op. cit.), se faz através de uma política específica, ou seja, através de subsídios, crédito ou com rede de comercialização. Portanto, na opinião de Tavares, uma desvalorização cambial significaria um alento para o empresário nacional já que teríamos o encarecimento do produto estrangeiro em relação ao produto nacional

⁹ Esta sessão está fundamentada em Krugman e Baldwin (1987).

*Ernani Araújo Filho é economista da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Teresina. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco.

A quem interessa a continuidade da greve nas universidades públicas?

Francisco Alcides do Nascimento*

No momento em que decidi escrever este texto, a greve nas universidades públicas federais tinha ultrapassado os noventa dias. Não pretendo discutir a justeza da greve porque sobre este ponto não existe nenhuma dúvida. Professores e servidores não recebem reajuste salarial desde que o Sr. Fernando Henrique Cardoso assumiu à Presidência da República. A motivação para esta reflexão está expressa no título. Tenho pensado muito na questão, em virtude, entre outras coisas, dos discursos que tive acesso, sejam eles escritos nos jornais e revistas de grande circulação, ou através das imagens e sons que entram por nossas casas adentro. Estes discursos, dependendo do lugar social que os autores ocupam e a posição político-ideológica que defendem, nos permitem fazer pelo menos duas leituras divergentes: a primeira é que o governo precisa cumprir as "ordens" de organizações como o FMI, por exemplo, e desta forma, precisa limitar os gastos públicos neste nível de ensino; a segunda leitura nos informa que é preciso manter o ensino gratuito no terceiro grau porque desta maneira se estará democratizando este grau de ensino para os segmentos mais pobres da sociedade.

Fiz a opção por tomar como horizonte para a escritura deste texto os setores dirigentes que estão envolvidos diretamente com a greve nas universidades públicas federais: o ANDES - Sindicato dos Professores por seu Comando Nacional de Greve e o MEC (Ministério da Educação, Cultura e Desporto) pelo Ministro Paulo Renato. Sobre este, o CNG (Comando Nacional de Greve) não poupa "elogios": "é tresloucado", "é mentiroso", "representa junto ao MEC os interesses do setor privado da educação", "é autoritário". Não sei se todos os adjetivos são merecidos. Tenho certeza de que as agressões não ajudam as partes a encontrar uma saída para a greve. Por outro lado, sei que os dirigentes do ANDES não são inocentes e conhecem os "donos do poder" porque eles estão há sete anos no comando deste país. Não acredito que só no momento da greve tenham descoberto as características atribuídas a Paulo Renato e FHC. Saliente-se que a política de engugamento do Estado no Brasil iniciou-se de forma sistemática e forte com o outro Fernando, o "caçador de marajás".

Não é novidade para aqueles que têm algum tipo de envolvimento com a ciência e a tecnologia que elas estão a pão e água já faz muito tempo, aliás, não sei quando é que foram bem tratadas pelos governantes brasileiros. Por outro lado, existem intelectuais-conselheiros do governo de FHC que defendem não o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nível nacional e sim a importação de produtos destas áreas, desenvolvidos nos países de primeiro mundo. O argumento central é o de que é mais barato a aquisição do

que formar quadros de pesquisadores, construir infra-estrutura e remunerar dignamente os pesquisadores. Discute-se pouco sobre isto, mas a forma como os centros de pesquisas foram tratados nos últimos anos denotam que a orientação acima tratada está sendo posta em prática.

É preciso dizer que muito dificilmente as universidades públicas ganham espaços na grande imprensa nacional, a não ser em momentos de greve como este que enfrentamos. Fala-se pouco das dificuldades cotidianas destas instituições de ensino, mesmo sendo elas as principais responsáveis pela pesquisa que se realiza no país. Mas esta distância é histórica. A sociedade que sustenta as universidades públicas sabe muito pouco a respeito delas. Acredito que se houvesse vontade política, especialmente por parte daqueles que fazem a universidade, o momento da greve poderia ser aproveitado, afinal de contas, a rotina universitária foi rompida, embora o diálogo entre sociedade e universidade devesse ser uma política desta última. Não estou defendendo que os parcos recursos que recebe fossem queimados com propaganda enganosa. Estou defendendo que as pesquisas realizadas fossem transformadas em instrumentos de melhoria das condições de vida da sociedade. Isto é feito? Então, tornem público, informem.

O distanciamento mencionado permite que integrantes do governo, no caso específico, o Sr. Paulo Renato, utilize os meios de comunicação de massa para criminalizar os professores, quando foi ele que os desrespeitou por ocasião do início das negociações. Ao autorizar a suspensão do pagamento do mês de setembro, acabou forçando o movimento grevista a solicitar a intervenção do Poder Judiciário, que concordou que um representante do MEC participasse de uma negociação que envolvia parlamentares e professores. A negociação que gerou expectativas de um acordo. Todavia no momento da assinatura o parlamentar que representava o governo rompeu de forma unilateral com as negociações. O acordo não foi assinado e o ministro assumiu uma postura de intransigência, ao negar-se, diante de uma ordem judicial, a autorizar o pagamento do mês de outubro. Também articulou-se com outros setores do governo para que tomassem atitudes conjuntas no sentido de destruir pelo alto o movimento grevista. O resultado desta postura foi o "pacote antigreve". O ministro foi desrespeitoso com a comunidade universitária ao afirmar que a universidade pública da rede federal vai desaparecer no espaço de seis anos, desqualificou os outros poderes como interlocutores com os grevistas, caso específico do Judiciário porque, na verdade, quer demonstrar que a sua autoridade precisa ser respeitada, não através da negociação e sim através da força.

"As atitudes intransigentes do governo federal e do Andes-Sindicato demonstram a permanência da herança autoritária na formação da sociedade brasileira. Mas é preciso romper com esta herança para fortalecer a democracia."

Do lado do ANDES-Sindicato tem-se a impressão de que os representantes dos professores "esqueceram" da "base". Em determinado momento romperam com as negociações sem consultar a categoria. Aceitaram as provocações do governo e, embora digam o contrário, têm demonstrado intransigência no momento de negociar. Fincaram o pé na incorporação do valor total da GAE (Gratificação sobre Atividade Executiva) e negaram qualquer possibilidade de negociação em torno da GED. Descartaram a tentativa de intermediação da ANDIFES, por considerar que a proposta por esta apresentada não atendia à categoria. Definitivamente, esta não é uma atitude de quem quer negociar. Esqueceram até que o movimento já obteve vitórias importantes, como a contratação de professores através do Regime Jurídico Único; concurso público para mais 2.000 professores, além daqueles dois mil já em fase de edital. Acrescente-se a isso o aceno para a criação de comissões de trabalho que deveriam estudar com profundidade a situação das universidades públicas. Tem-se a impressão de que a greve deixou de ser tratada como uma questão política que envolve centenas de professores, milhares de alunos e de pais de alunos para se transformar em "uma queda de braço entre o Renato do Ministério da Educação e o Renato do ANDES-Sindicato".

As atitudes intransigentes e autoritárias do ministro Paulo Renato que tinham a intenção de forçar os professores a voltar ao trabalho sob a chibata, como que escorçados, como quando se fala com menino malcriado, não funcionou da forma desejada, muito pelo contrário, acirrou os ânimos dos grevistas. Poderia - se fazer a seguinte pergunta: será que as atitudes do ministro podem demonstrar inabilidade política? Tenho dúvidas. As atitudes desrespeitosas do governo de FHC têm sido uma marca. E elas estão relacionadas com a forma subserviente do Poder Legislativo e de setores do Judiciário. Neste último, o governo possui porta-voz e engavetador-mor.

As manobras e artifícios do ministro para responsabilizar apenas os grevistas pela longa duração da greve são exemplos notórios de que ele sabe que a sociedade tem pequeno envolvimento com as universidades públicas. Será que o conjunto da sociedade tem consciência de que é ele que as mantém?

Não tenho condições de apontar todos os elementos que dificultam a aproximação entre a universidade e a sociedade, mas considero que o corporativismo dos servidores públicos é um elemento fundante. Tomo como exemplo a Gratificação de Desempenho Docente. Os dirigentes do ANDES sempre se manifestaram contrários à GED, por considerá-la um mecanismo "produtivista", ou seja, o professor precisa alcançar uma determinada quantidade de pontos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; por considerá-la injusta com aposentados e pensionistas, uma vez que eles só têm direito a 60% dela. Não são transparentes o suficiente para tornar público que professores com Regime de Dedicção Exclusiva, diante da defasagem salarial que os atingiu, trabalham em outras instituições, mesmo sabendo que estão infringindo à lei; não têm coragem de tornar público para a sociedade que uma parcela considerável de professores transforma a universidade em "bico" e, por essa razão, tem dificuldades de alcançar a quantidade de pontos que a GED exige. Esta parcela não tem o menor interesse que a greve acabe porque isso vai atrapalhar as suas outras atividades.

Concordo que os professores precisam ter os seus salários reajustados porque hoje o salário de um professor -doutor, em fim de carreira, não passa de mil reais. As gratificações constituem a parte maior dos ganhos dessa categoria. É um risco. Mas não posso ser contrário a um mecanismo que melhora o meu salário, avaliando minha produção durante um ano. Considero até que tal mecanismo precisa ser melhorado, mas nunca abandonado. Como disse um colega em assembleia, abandoná-lo é tratar professores de forma igual quando na realidade eles são desiguais na dedicação à universidade. Concordo que se faça reajuste linear porque os professores que estão aposentados deram parte de suas vidas para a universidade, mas não é justo que os professores que estão iniciando a carreira universitária sejam penalizados como seriam, caso a proposta de incorporação da GAE tivesse sido aceita pelo governo. É necessário encontrar um meio termo que atenda à toda comunidade universitária.

Por fim, é necessário dizer que existe uma parcela significativa de professores que ainda acredita na Universidade pública e as atitudes destes não ficam só no discurso vazio e atrasado, mesmo diante das adversidades cotidianas. Finalizo com a pergunta: a quem interessa à manutenção da greve? ●

* Francisco Alcides do Nascimento é professor do Departamento de Geografia e História da UFPI. Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco

A ANPUH NO PIAUÍ

por Áurea da Paz Pinheiro
Diretora da ANPUH-PI, Professora de História/
UFPI e Doutoranda em História Social/UNICAMP

A ANPUH foi fundada em 1961 na cidade de Marília no Estado de São Paulo. Inicialmente como Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje, Associação Nacional de História, congregando não somente professores universitários e graduados em História, mas todos os profissionais da área e afins.

Entre 22 e 27 de julho de 2001 em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, aconteceu o XXI Simpósio Nacional de História - Entre o individual e o coletivo, onde a ANPUH mostrou-se como lugar privilegiado de afirmação intelectual, intercâmbio de experiências e produção científica nos diversos ramos da área, tais como: aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis; estudo, pesquisa e divulgação de eventos de História; defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos; defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História; bem como lugar privilegiado de representação da comunidade de profissionais de História diante de instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas.

Só para termos uma idéia geral do XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH, que foi um dos maiores da história da Associação, foram apresentados ao todo 2045 trabalhos envolvendo 1724 autores assim distribuídos: 400 Comunicações Coordenadas; 110 Comunicações Coordenadas de GTS; 59 mesas redondas; 27 conferências e 15 cursos. Quanto aos participantes tivemos 1198 ouvintes e 668 inseritos em cursos. O total de participantes chegou a 3002 inseritos.

No Piauí, contamos com um Núcleo Regional, que possui sede no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI e está ligado à ANPUH Nacional com sede na USP-SP.

Atualmente, o Núcleo do Piauí passa por uma política de revalorização, onde acreditamos que com reuniões periódicas, eventos e publicações daremos visibilidade às nossas atividades enquanto profissionais de História.

Para se associar, procurar o
Núcleo da ANPUH na UFPI - CCHL
Campus Universitário Ministro
Petrônio Portela
Ininga - Teresina-PI
CEP: 64.049-550
Tel (86)971-0370
e-mail: anpuhpi@bol.com.br.

O sócio ativo recebe a Revista Brasileira de História e os Boletins Informativos da ANPUH. Além disso, o associado ganha o direito de pagar taxas menores nos eventos realizados pela Associação. Contudo, o mais importante é que, associando-se à ANPUH contribuimos para o fortalecimento de nossa área de atuação ●

ENTREVISTA COM O REITOR DA UFPI

Prof. Pedro Leopoldino

Em uma descontraída entrevista concedida em junho/2001 aos professores do DECON, Samuel Costa Filho e Tiago Cardoso Rosa, o reitor da Universidade Federal do Piauí, Pedro Leopoldino, falou para o jornal do Departamento de Economia sobre o provão, a autonomia universitária e a integração da universidade com os setores dinâmicos da sociedade. O reitor disse, ainda, que sente, às vezes, isolado dos demais membros da universidade, mas que as portas da reitoria nunca estiveram fechadas para sugestões. A transcrição das fitas foi realizada pelas alunas do

*Curso de Comunicação Social/UFPI,
Fábia Adriana Vieira e Sileli Rocha.*

IE: O SENHOR É A FAVOR DA INTERAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM OS SETORES DINÂMICOS DA SOCIEDADE, COMO FORMA DE DEFINIR O PERFIL DO PROFISSIONAL?

RPL: Acredito que não podemos ficar trancados aqui numa redoma. Precisamos ficar articulados com o mundo exterior, para que a gente possa tomar conhecimento daquilo que passa lá fora. A universidade passou muito tempo fechada, achando que era a dona da verdade, que produzia aquilo que a sociedade necessitava. Nos países onde a universidade nasce da base para o topo as coisas acontecem de forma diferente. A universidade americana, por exemplo, só cria um curso num determinado local, quando ela entende que aquele curso, realmente, é necessário. Aqui no Brasil, nasce um curso porque a elite pensante resolve criar aquele curso sem que seja feito um estudo de demanda. E o pior é que não há uma articulação da universidade com o setor produtivo, no sentido de que nós adequamos a formação dos nossos profissionais as reais necessidades que há lá fora. Nós precisamos acabar com esse isolamento, que só faz dificultar, para aqueles que sai daqui, o exercício da profissão lá fora. Eu estou de acordo que a universidade se abra mais ainda e participe efetivamente das discussões, estabelecendo um contato maior com os mais variados setores da sociedade.

IE: O SENHOR ACHA QUE UM 'A', NO PROVÃO, PODE GERAR PARA O ALUNO MAIS OPORTUNIDADES DE EMPREGO?

RPL: O provão como instrumento isolado eu critico. Entretanto, nós precisamos entender que vivemos daquilo que a sociedade dita para nós, e, hoje, o provão é o que ranqueia as universidades. Pedimos, então, aos alunos que participem efetivamente, porque eles são os grandes prejudicados depois. O curso de economia saiu de "B" para "A", isso é uma demonstração que o curso está melhorando. Acredito que nós devemos levar em consideração isso sim. Vocês estão longe de imaginar a reputação que ganhou o curso de medicina da UFPI, inclusive fora do Brasil. Recebi uma ligação do reitor de Coimbra para firmar um convênio. Ele viu que o curso de medicina da UFPI tinha se destacado

entre as demais universidades do Brasil. Devo está indo lá brevemente para possibilitar a ida de alunos, professores e servidores. Foi assinado um intercâmbio com a universidade de Coimbra.

IE: SE A NOSSA UNIVERSIDADE ESTIVESSE ATRELADA A OUTROS SETORES, UM "A" SERIA MUITO MAIS SIGNIFICATIVO, NÃO É VERDADE?

RPL: Sem dúvida, mas há por parte de alguns setores uma certa discordância com relação a isso. Muitas vezes você coloca um estudante para realizar um estágio em um determinado local e os indivíduos acham que nós estamos substituindo mão-de-obra. Estamos, inclusive, com um processo em andamento. Fui procurado duas vezes pelo Procurador do Ministério do Trabalho, por achar que estamos colocando gente para fazer aquilo que o profissional deveria está fazendo. Na verdade, esta é uma oportunidade ímpar. Eu, quando era estudante de medicina, passei quatro anos trabalhando. Adquiri conhecimentos que depois devolvi a sociedade prestando serviço. Não vejo porque esta fiscalização sobretudo na área de comunicação, onde a universidade tem as suas deficiências. Nós não temos ainda equipamentos modernos. Estamos comprando. Eles devem está chegando brevemente. Mas os nossos alunos precisam ter contato com o que está lá fora, conhecer o que está lá fora ou então nós vamos sair daqui ignorantes. Na verdade, o indivíduo está agregando conhecimento para amanhã chegar lá no serviço e saber fazer.

IE: O QUE A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA VAI TRAZER DE POSITIVO PARA A NOSSA UNIVERSIDADE?

RPL: Penso que tudo, desde que ela seja bem estabelecida. Nos moldes que a proposta está vindo, acredito que é um salto no escuro, sobretudo para as pequenas universidades que ainda não dispõem de meios para fazer o auto-financiamento. Não se pode trabalhar a autonomia universitária sem se discutir o financiamento público a fundo. A autonomia, neste instante, no modo que está sendo colocada, é tirar a responsabilidade do governo federal e colocar em cima do reitor. Os salários vão ser discutidos com o reitor dentro de recursos limitados. Como que eu posso discu-

tir com você salário, se você quer melhoria salarial, eu não recebo recursos e não gero receita? As pequenas universidades pagariam, se esse projeto fosse aprovado, um tributo muito alto. Existem universidades, no entanto, que possuem renda de mais de 100% do que o tesouro repassa para elas. Cito como exemplo a UNB, UFMG e a UFRJ. Hoje, elas se beneficiariam porque o orçamento amarra em certo ponto. Elas não podem utilizar os recursos onde querem. Mas no momento que tiver autonomia, estas universidades vão poder utilizar aquele recurso da forma que bem entenderem. A UFPI só tem três, quatro, no máximo cinco por cento de receita própria gerada com muito sacrifício. Nós não teríamos jamais condições de entrar numa autonomia da forma que está aí. Acho que seria excelente se nós tivéssemos uma garantia de financiamento; um plano de cargos e salários; se tirassem da folha de pagamento os aposentados. Para receber o recurso que estou recebendo, hoje, com os aposentados, e aposentando mais gente pelo sistema antigo, como que eu vou fazer isso? Não tem como fazer.

IE: O QUE REPRESENTA PARA O SENHOR, EM TERMO DE MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE, A EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NA ADMINISTRAÇÃO PASSADA?

RPL: O que a pessoa acumula de conhecimento exercendo um cargo deste é algo inestimável. Tanto é que nos Estados Unidos o reitor sai de uma universidade e vai ser reitor em outra, porque o Estado investiu muito naquele cidadão durante muitos anos. Não estou defendendo aqui que este cargo seja perpétuo. Acredito que este revezamento é salutar porque renova. O medo que eu tenho nessa segunda gestão é que ela já comece envelhecida. Eu tenho procurado reunir os pró-reitores e dizer: vocês ficaram e eu fiquei, mas nós estamos começando uma nova etapa de nossas vidas. Temos que pensar diferente. Estamos pensando nos problemas das licenciaturas, estamos entrando no projeto Genoma, que eu acho que é uma coisa que vai dar um realce muito grande a universidade. Estamos trabalhando para concluir o hospital da universidade, que é um sonho da comunidade universitária. Parece-me que, graças a Deus, no próximo ano, a gente encerra com essa história de obra física, pelo menos os

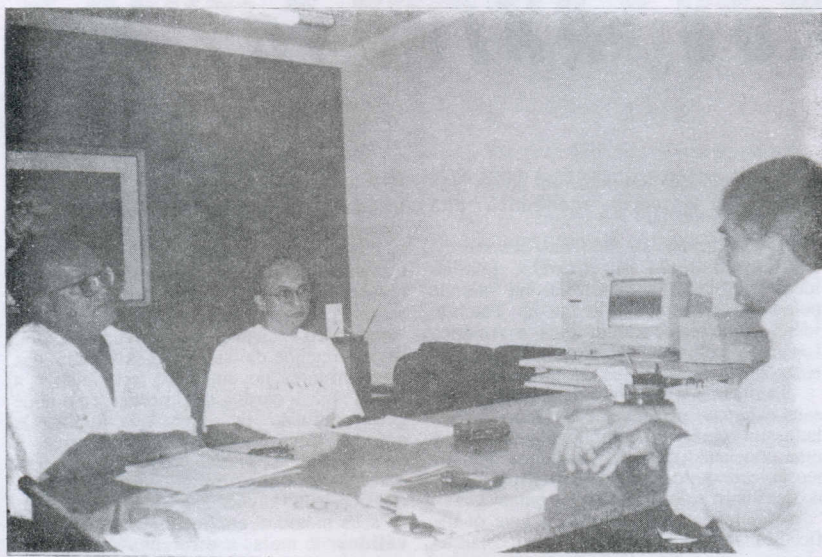


Foto: Eloísa Veras

recursos já estão aí garantidos para isso. A universidade nunca se basta. Nós temos sempre algo a fazer. Mas é uma experiência acumulada que tenho, quatro anos, e eu vou colocar essa experiência a serviço da universidade com o mesmo entusiasmo que eu tive antes. Isso é fundamental, não se pode perder o entusiasmo. Você tem que utilizar três faculdades: a inteligência, a emoção e a vontade de fazer. Isso é importante. Eu continuo com o mesmo entusiasmo que entrei e tenho procurado contagiar as pessoas que ficaram com esse entusiasmo para que a gestão não envelheça logo.

IE: COM RELAÇÃO A ESSA ADMINISTRAÇÃO ATUAL, QUAIS SERIAM AS ESTRATÉGIAS QUE ESTÃO SENDO POSTAS EM PRÁTICA, PELOS NOVOS DIRETORES DE CENTROS, PARA A MELHORIA DO ENSINO?

RPL: Eu acho que as sugestões são muito poucas. Nós poderíamos ser mais alimentados de sugestões, de boas sugestões. Na verdade, eu, às vezes, me sinto isolado com relação a isso. As pessoas discutem muito a democracia dentro da universidade, mas esperam que as sugestões partam daqui para lá. Na verdade, essa porta nunca esteve fechada, durante esses quatro anos para ninguém. Chegou aqui com uma boa idéia, essa idéia será posta em prática dentro dos limites da instituição. universitária. Eu me sinto, às vezes, isolado. Peço aos diretores de Centro critérios de curto, médio e longo prazo, para que a gente melhore curso a curso. O papel do diretor, em alguns casos, tem sido só de despachante. É preciso uma participação mais efetiva.

IE: COMO O SENHOR TEM SENTIDO OS RESULTADOS OBTIDOS NO PROVÃO? COMO O SENHOR AVALIA O DESEMPENHO DOS CURSOS DA UFPI?

RPL: A UFPI figura, no nordeste, entre as melhores. O maior perfil de notas A e B foi da região sul do país-40%. Nós ficamos com 41,5%. Estamos acima da maior média nacional de notas A e B. Isso é um dado importantíssimo. A universidade cresceu. A universidade me-

melhorou. Ela era 37º do Brasil, passou para 33º em 99. O provão tem mostrado para a sociedade que a universidade pública ainda é a elite do ensino de terceiro grau do Brasil. Se alguém tentou, através do provão, provar o contrário, o tiro saiu pela culatra. Na verdade, nós provamos que somos eficientes e eficazes. Apesar de todas as deficiências que nós temos, ainda nos destacamos no cenário nacional.

IE: FALE SOBRE O CRONOGRAMA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.

RPL: São três etapas bem distintas: a obra física, a parte de equipamentos e depois pessoal. Nós terminamos a obra física do laboratório e estamos montando os equipamentos. Depois de montado os equipamentos, nós vamos paralelamente criar uma comissão que vai estudar a necessidade de pessoal, ver o que nós dispomos, para levar para o Ministro da Educação a solicitação de contratação do restante. Já tem numa ordem de dois milhões de reais de equipamentos. O que há de mais moderno foi colocado. São quarenta consultórios. Poderão ser atendidas 1200 pessoas por dia. Tudo vai poder ser feito aqui. A minha esperança é que ao sair, eu deixe o hospital em condições para funcionar.

IE: QUAL O SEU POSICIONAMENTO A RESPEITO DA TITULAÇÃO DE PROFESSORES?

RPL: Nesse instante, estamos com um problema mais sério dentro da universidade: a força de trabalho. Estamos com a nossa força de trabalho bastante reduzida, trabalhando com professores substitutos. Nossa grande preocupação é com a força de trabalho definitiva - contratar professores para colocar no lugar dos professores substitutos. Essa é a preocupação n.º 1 hoje. Como a autonomia está próxima para se estabelecer, nós vamos, cada departamento, dentro dos recursos, estabelecer qual o percentual de titulares ●

Entrevista concedida pelo Prof. Pedro Leopoldino em junho/2001.

Uma jornada de resistência

Por Merlong Solano Nogueira
Vice-presidente da ADUFPI, Professor do Departamento de Geografia e História/UFPI e Mestre em História pela PUC/SP

Entre os dias 23/08 e 07/12/2001, os professores da UFPI somaram-se aos professores das demais universidades brasileiras, desencadeando um amplo movimento de resistência da Universidade Pública. Em que pese os sacrifícios decorrentes de um fato desta natureza, a sociedade compreendeu as razões dos docentes e, por meio de apoio difuso aos mesmos, questionou a intransigência do governo federal.

Ao final da jornada restaram conquistas parciais, dentre as quais destacam-se a contratação, através de concurso público, de 4 mil professores nos próximos 2 anos e o aumento do vencimento dos docentes em cerca de 13,2%, resultando em uma majoração de cerca de 9% do salário total, que somam-se aos 3,5% do reajuste geral dos servidores públicos. Ficaram também aceitas a manutenção do RJU e melhorias na GID (a gratificação de docência do pessoal de 1 e 2 graus).

São conquistas parciais; mas agregam-se à resistência da universidade pública. A contratação de professores efetivos, por exemplo, traz para a academia novos mestres e doutores e reduz o número de substitutos em atividade.

O impacto da greve nacional docente e os resultados obtidos demonstram o peso do sindicato nacional dos docentes, ANDES, mas na mesma medida indicam a dimensão de sua responsabilidade. Daí decorre a necessidade de revisão de certos procedimentos que no caso em tela, por exemplo, prolongaram a greve mais do que o necessário. É preciso também colocar em exame a pauta histórica de reivindicação docente: em que medida justificam-se, por exemplo, o reajuste trimestral de salários e a intocabilidade do RJU?

Organização, greve, reivindicação, proposição, construção coletiva. São conceitos-chaves. Combiná-los na medida exata, sob o tempo da responsabilidade da universidade pública perante a sociedade, é uma necessidade que deve se sobrepor ao corporativismo e ao doutrinário que se julga revolucionário ●

REBELDE RAIVOSO?

William Jorge Bandeira*

Quando resolvi fazer algumas observações críticas nos artigos do professor Samuel Costa Filho "A economia dita moderna" e "Globalização financeira e capitalismo selvagem", ambos publicados no **Informe Econômico** nº 10, de julho/2000, esperava uma réplica que rebatesse e justificasse as críticas feitas, mas nunca poderia esperar que o professor Samuel descesse ao nível das ofensas pessoais, num tom de **raiva, mágoa e de rancor**, afinal, minhas críticas visavam exclusivamente às idéias contidas nos referidos textos.

Três motivos foram responsáveis por aquelas críticas:

(1) os temas eram de meu interesse e desejava aproveitar a oportunidade para reiterar minha posição e dar alguma contribuição ao debate;

(2) os artigos foram escritos por dois mestres que respeito e os considero entre os melhores professores de economia da UFPI;

(3) chamava a atenção, mesmo numa leitura superficial, à forma confusa da exposição (ambos) e o exagerado número de erros lógicos (inconsistências) existentes, principalmente no segundo artigo.

Como o professor não rebate nenhuma das críticas feitas, pois ele usou a tática do desvio da questão central e puxava outro assunto, ou ensaiava alguma ofensa, convém precisar melhor os problemas que vejo nos referidos textos, procedimento que procurei evitar no primeiro artigo crítico.

O texto denominado "A economia dita moderna" escrito de parceria com o professor Luiz Carlos Cruz Puscas, de modo geral, se constitui num texto truncado sem uma seqüência lógica de raciocínio, onde os parágrafos se sucedem alternando-se temas diversos sem que ocorram mediações entre eles. Os conceitos colocados são mal definidos, os interlocutores não são identificados com clareza, além do uso abusivo de citações que são decisivas no complemento do raciocínio, o qual deveria ser do autor do artigo, embora não seja contra o apoio da literatura pertinente, mas é importante que o articulista coloque claramente sua própria posição.

Descortinado o cenário, vamos ao enredo: em nome da lógica se espera que o título de um artigo científico tenha relação bem definida com o conteúdo analisado. Esperava-se que os autores definissem de início "A economia dita moderna", mas o artigo se inicia com a notícia de que curso de economia, em meados dos anos 80, ganhou um currículo pluralista. Destacou as vantagens decorrentes do fato, citando inclusive os princípios que norteiam o novo currículo, com os quais concordamos plenamente.

No entanto, continuamos perdidos sem entender a lógica do texto. No parágrafo seguinte à exposição dos princípios, são expostas idéias sobre a economia mundial, enfatizando as mudanças nas relações econômicas e financeiras que levam a uma maior instabilidade e a exacerbção de um capitalismo rentista. Porém, não fica esclarecido qual o propósito do parágrafo, pois logo em seguida, no próximo parágrafo, os autores falam de "um grupo de economistas conservadores" que se opõem às políticas fiscal e monetária por serem ineficientes, mas não revela os membros do grupo. Em seguida, no mesmo parágrafo, afirma que economistas da "nova macro-

economia clássica" introduziram novos "elementos" (?) a "teoria econômica dita moderna".

As dúvidas não são desfeitas, mas, mesmo assim, continuando o parágrafo, fala da ideologia liberal, disseminada no mundo pelos governos de Reagan e Thatcher. Ideologia essa que atingiu toda a América Latina, inclusive o Brasil (parágrafo recheado!).

Finalmente, o parágrafo chega ao fim com seus enigmas não revelados. Deixando de lado um parágrafo complicado, chega-se a uma conclusão: "alguns elementos (?) da teoria econômica evidenciam aspectos (?) de desatualização teórica". No entanto, essa "desatualização" não é nem de leve qualificada. Que tipo de desatualização? Quais as correntes mais atingidas? De repente o problema desaparece através de uma simples citação (Chick, 1993). O curioso é que a citação não apresenta nenhuma novidade.

Ela apenas lembra que as categorias econômicas são históricas, mas não significa que a teorização (abstração) seja inútil, acrescenta, ainda, a importância da imaginação, da atualidade e da necessidade de constante revisão das formulações teóricas. Ora, se isto já era conhecido, o próprio Marx dá vários exemplos de reconstrução de categorias no "O Capital", porque, então, colocar uma questão já resolvida? Mais um enigma?

Em seguida, os autores levantam a questão de uma "suposta defasagem do atual currículo de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí". Essa defasagem seria em relação às mudanças no capitalismo mundial. Mas, curiosamente, a questão foi desdenhada, apenas os autores reafirmam o pluralismo doutrinário e o repúdio aos "manuais".

Logo adiante, os autores iniciam, não se sabe com que propósito, uma crítica ao método dos economistas ortodoxos, culminando na afirmativa de que o método inadequado dos ortodoxos leva ao desestímulo aos estudantes a ponto de abandonarem os livros e aprenderem economia em jornais e revistas, além da perda de poder explicativo dos fenômenos econômicos pelos economistas.

Essa é outra questão controversa, visto que esse fato tem mais probabilidade de acontecer se o curso não apresentar opções aos manuais ou se houver sérios problemas de aplicação do currículo.

Problemas de aplicação (acompanhamento sistemático) do currículo parece que estão fora da pauta de discussão dos autores. Eles estão altamente satisfeitos com as notas no provão. As dificuldades no mercado de trabalho se referem a causas externas (crise econômica, crise do Estado, estreiteza do mercado). Internamente (para os autores), nem pensar. Nem é preciso conhecer o mercado e suas necessidades, nem tampouco a acompanhar a execução do curso (É muita fé).

Finalmente, constatamos uma certa confusão entre método científico e ideologia.

Os autores afirmam que cada **campo teórico** deve fazer parte do currículo, mas curiosamente, como pretexto para justificar tal afirmativa, utilizam uma citação do professor Lauro Campos que fala claramente de **produção ideológica** (ao invés de produção científica), onde afirma que as correntes ideológicas ligadas ao "não-traba-

lho" geram representações distorcidas da realidade, em seguida, arremata com outra citação que fala de ética, em que diz que a única ética confiável é a de Marx, as correntes ideológicas ligadas a burguesia (conservadora e social-democracia) apresentam éticas "cínica e envergonhada" e "temerosa e vacilante", respectivamente. Ora, se se pretende defender a coexistência das três correntes no currículo, essa não é a forma mais a correta de proceder, pois pode gerar confusão na cabeça dos alunos. Os autores deveriam deixar claro que a produção de **representações ideológicas distorcidas** não impede que os neoclássicos (ou keynesianos) gerem, através de seus métodos, **conhecimentos científicos válidos**. E mais, a diferença dos conhecimentos gerados (em relação a marxista) se refere tão somente a **problemática abordada**, mas isso é mais um motivo para se defender o pluralismo. Foi para evitar esse tipo de "distorção", não evitada pelos nossos autores, que procuramos distinguir os métodos científicos das três correntes doutrinárias presentes na Ciência Econômica, em nosso primeiro artigo crítico.

Quanto ao segundo artigo (Globalização e Capitalismo Selvagem) os erros mais graves são de lógica: são termos que só aparecem no título (capitalismo selvagem), conceito definido e não utilizado no texto, conceitos mal definidos, dados estatísticos mal utilizados, métodos de análises indefinidos, banalização de conceitos complexos, e outros.

O artigo se inicia com o desenvolvimento do conceito de globalização financeira, um procedimento lógico, o que não é lógico é a sua não utilização no restante do texto, além do esquecimento total do conceito de capitalismo selvagem.

Definido o termo, o professor Samuel Costa Filho envereda por outro assunto. Trata do Governo FHC, afirmando a existência de um "Projeto Nacional" de cunho liberal herdado de Collor de Melo. O Professor Samuel se esquece de colocar que o projeto de "substituição de importações" se esgotou no início dos 80, com o desaparecimento das fontes de financiamento externas, deixando uma herança terrível:

- (1) inflação galopante;
- (2) endividamento estatal gigantesco;
- (3) Estado super-dimensionado e inchado;
- (4) vergonhosa concentração de renda;
- (5) baixíssimos níveis educacionais da mão-de-obra;
- (6) grande defasagem tecnológica da nossa indústria.

Portanto, o problema (desafio) dos governos dos anos 90 não era "ser ou não ser neoliberal" e sim de enfrentar problemas gigantescos e forças políticas retrógradas mas ainda muito fortes, esquecer esses fatos é imperdoável para qualquer analista sério.

Assim, diante de um Estado falido, endividado, com déficits recorrentes, com a credibilidade, perante a sociedade, totalmente em baixa e tendo que enfrentar uma inflação galopante sem fontes de financiamentos, qual o governante minimamente responsável que não daria início a **reformas liberalizantes e privatizantes**? Somente a inflação consumiu cerca de 8 anos de Planos fracassados (do Plano Cruzado (1986) ao Plano Real (1994), além deste

último ter enfrentado quase sete (7) de choques externos adversos.

Deste modo, concluir que um governo adota um **projeto neoliberal** só porque realizou medidas de desregulamentação, liberalização de mercados, privatização de estatais, visando o combate à inflação e a ineficiência, francamente, é no mínimo uma atitude de **simplificação da realidade e/ou banalização do conceito de projeto nacional de desenvolvimento**, o qual pressupõe uma aliança política envolvendo amplos setores da sociedade com um projeto econômico bem definido e com hegemonia ideológica para consolidar a sua sustentação política. Mas, infelizmente o professor Samuel Costa Filho continuou banalizando a análise econômica com o método (anticientífico) de **nomear culpados** pelo agravamento das "escandalosas e gigantescas diferenças sociais existentes no nosso país". Os culpados são uma mistura de **coisas com categorias profissionais e segmentos sociais** (não é uma salada?). O ponto de partida são os efeitos positivos iniciais(?) do Plano Real (e os economistas?), do processo de abertura comercial e da globalização, os quais incentivam os conservadores e a imprensa (e os jornalistas?) a propagarem as virtudes do **liberalismo**, visando modelar a opinião popular.

As elites e a classe média entram com suas parcelas de culpa através da elevação do consumo de bens importados como símbolos de modernidade. Para completar o quadro, entra um elemento de longo prazo em cena, que é a "americanização da publicidade brasileira" (vigente há 5 décadas), variável crucial na propagação de novos padrões de consumo e de novos estilos de vida (ufa!).

A explicação de todo esse **imbróglio**, o professor Samuel Costa Filho nos remete a outros autores, o que é curioso, pois não é comum um autor indicar outros autores para explicar uma coisa que ele mesmo deveria explicar.

Acontece que mesmo assim, continua o impasse, pois os autores indicados defendem teses sobre processos históricos de formação da sociedade brasileira, enquanto que o nosso autor simplesmente nomeia culpados por problemas de nossa sociedade em período recente; **onde está a ligação?**

Vamos em frente. Nosso autor comete um erro de análise grosseiro quando se refere à presença de pobres no mundo. Afirma que "o total de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,00 por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão na atualidade (diga-se 1998. Atualização nossa). E, a América Latina se destacou dentre as regiões com a piora mais acentuada". O erro maior vem do fato de utilizar na análise dados absolutos, levando a grosseira distorção quando se observam os dados relativos (indigentes em relação a população), os quais mostram uma realidade totalmente diferente. Com isso, a pobreza no mundo diminui de 28,3% (percentagem sobre o total da população) em 1987 para 24% em 1998, enquanto na "América Latina e Caribe" esses percentuais são de 15,3% e 15,6%, respectivamente. Fica provado que, em termos relativos, os dados desmentem categoricamente as afirmativas do nosso professor. Foi mais um esforço inútil para tentar provar, por linhas tortas, os malefícios da globalização. Mas, o fato mais impressionante do pensamento do professor Samuel Costa Filho é a sua **desatualização intelectual**. O professor é contra a participação (liberalização) do Brasil na economia mundial. A razão principal é a de que "os países desenvolvidos determinam o ritmo da competição internacional, trabalhando na fronteira tecnológica e possuindo

capacidade para introduzir novos produtos, criar inovações que reduzem custos, etc", além do protecionismo usado pelos países mais ricos. Lembra, também, que o Brasil apresenta vantagens em termos de poder financeiro, nível organizacional e tecnológico quando comparados "as elites empresariais das nações desenvolvidas". Fala, ainda, da pos-sível perda de autonomia da política econômica. Os argumentos, em geral, podem até ser verdadeiros, mas **não são novos**. Portanto, eles não têm força para justificar a não inserção na economia mundial, em tempos de globalização. O isolamento seria um **sui-cídio** num momento de **intensificação (em nível mundial) das integrações produtiva e financeira**, quando se discute a **formação e a data de implementação da ALCA**, quando se assiste a **consolidação da moeda européia única - o EURO -**, etc. Portanto, pensar em um "projeto novo e alternativo" sem a participação na economia mundial, **significa estar com o pensamento atrasado em pelo menos cinco(5) décadas**.

É mais do que evidente que o Brasil precisa de um novo projeto de desenvolvimento que alcance um melhor posicionamento na economia mundial e que solucione o problema da pobreza absoluta em nosso País. Mas este assunto pode ser aprofundado em outra ocasião.

FINALMENTE, vamos tecer alguns comentários sobre a **réplica** do professor Samuel Costa Filho: vamos nos limitar aos pontos mais significativos.

(1) O professor começa tentando explicar os objetivos do artigo "A economia dita moderna", tarefa "meio" ingrata para um texto tão confuso, pois a coisa não melhorou muito, mas num trecho o nosso autor afirma "(...) definir as nossas especificidades (qual linha ou tendência do economista formado na UFPI), que para nosso entendimento representa o "X" da questão". Ele parece se posicionar contra a especialização (especialistas), inclusive fazendo um paralelo com "trabalhadores versáteis" que, a nosso juízo, não tem nada a ver com o caso do profissional economista (a não ser que exista a figura do "economista versátil", àquele que abraça as três correntes ideológicas ao mesmo tempo. Fato inédito).

Minha posição no debate foi concordar com os autores sobre um currículo pluralista e colocando as questões da **aplicação e do conhecimento do mercado de trabalho**. As duas questões são perfeitamente pertinentes com a questão levantada acima (sem conhecer o mercado como se vai definir especificidades), no entanto, além de ser acusado de desqualificar a posição dos autores, nossa posição foi considerada como uma "crítica vazia....apresentando um pseudo-conhecimento, ao realizar observações sobre método...". Com isso: **quem está querendo desqualificar quem?**

(2) O autor me acusa de mostrar "debilidades, fraquezas e imperfeições" em minhas críticas e dá como exemplo minha posição a respeito do método de Keynes: primeiro ele lembra o óbvio, que para Keynes as decisões são tomadas sob incerteza. Depois se contradiz afirmando "em um contexto de incerteza os agentes econômicos nada podem projetar para o futuro". Sendo assim, como os agentes fariam as previsões para o cálculo da eficácia marginal do capital e outras? E para concluir atribui a Keynes uma coisa que pertence ao mundo da "oferta" dos neoclássicos: o caso do risco ser passível de cálculo probabilístico. O mundo de Keynes não comporta esse tipo de cálculo, o método utilizado para contornar a questão da incerteza é o **"comportamento convencional"** (ou opinião convencional), conforme vinha desenvolvendo no primeiro artigo.

As **gafes** do professor Samuel Filho talvez sejam atribuídas ao fato do mesmo não ler Keynes, parece que prefere vê-lo através de (Garcia, 2000).

(3) não falei que desconhecia a influência de Reagan e Thatcher para a formação do **Consenso de Washington**, falei que a influência das políticas liberais nada tinha de pavoroso num ambiente de revolução tecnológica. Ademais, não foi somente Thatcher e Reagan que contribuíram para a formação do **Consenso**, as políticas liberalizantes do Chile, do México e dos tigres asiáticos também exerceram importante papel no Consenso que se constituiu no **comportamento convencional** (no sentido de Keynes) dos anos 90, em que banqueiros, ministros de finanças do mundo inteiro, dirigentes de órgãos multilaterais (FMI, BIRD, BID) e outros agentes econômicos, julgavam que a chave do sucesso era combinar políticas que levassem a **livre mercado e moeda estável**.

PORTANTO, trata-se simplesmente da formação de mais um **comportamento convencional** semelhante aquele dos anos 40, cuja influência maior foi da Rússia e dos países que adotaram com sucesso as políticas keynesianas, o qual privilegiava o **intervencionismo**.

(4) Quanto ao artigo "Globalização financeira e capitalismo selvagem" a forma como o professor Samuel Filho coloca sua resposta lembra muito a doutrina **maniqueísta**, onde só tem duas alternativas de enquadramento das pessoas, que são: **o lado do bem e o lado do mal**. Por ser contra as idéias do professor, fui logo taxado de "arrogante" e por querer "desqualificar" (segundo o professor) o artigo, fui comparado aos "liberais dos anos 90", do tipo do presidente da República, àquele que acusa alguns de seus críticos de "neobobos". Por defender as reformas estruturais, ganhei o título de conservador (antigamente, conservador era àquele que não queria mudanças), além de propagador do "ideário dominante" e de fazer a "opção pela alternativa à mediocridade" (que mente fértil).

Quando digo que o País não tem um **projeto de desenvolvimento** me acusa de falta de base factual, mas ele não precisa provar que existe um **projeto liberal** em execução, simples afirmativas vazias são suficientes: "o projeto é justamente não ter projeto", "o governo aprova tudo que quer no Congresso" (embora ele se contradiga na frente), "adesão ao capital extremamente centralizado em fortes oligopólios".

Quando disse que não se aprende teoria econômica em revistas e jornais, fui acusado de "desqualificar" esses veículos de comunicação. No entanto, não os descartei como fonte de dados e de pesquisa, tanto que utilizei da reportagem da Veja uma tabela de dados trabalhados do Bird e resultados de pesquisas de importante fundação de financiamento de pesquisas e seminários na área internacional que é a Fundação Heritage. Não utilizei o conteúdo técnico e de opinião da matéria, pois minha opinião sobre globalização, posição do Brasil, desenvolvimento, pobreza, nova economia, conjuntura, estrutura, etc; já era conhecida e pública, basta ler os vários **Informes Econômicos** existentes.

Como o conteúdo do artigo da Revista Veja (A grande fogueira das bobagens", Edição nº 40, de 4/10/00) era contra o ideário do professor Samuel Filho, este **investiu ferozmente** contra a reportagem, taxando-a de "ridícula, de ignorar a história, de distorcer a realidade, de bizarra e patética". Em seguida, sem mostrar dados comprobatórios, tenta desmentir afirmativas contidas na dita matéria.

(5) O professor Samuel tentando nos alertar que as estatísticas podem ser manipuladas, se esqueceu que foi justamente o que fez com os dados sobre os miseráveis no mundo e procura fazer o mesmo quando quer comparar o grau de pobreza nos Estados Unidos com o percentual de pobres da América Latina, sem comparar as metodologias utilizadas (paciência)

Não ignorei o fato de aumentar a distância entre países ricos e pobres, uma prova disso foi que no próprio artigo alertei que os países ricos levavam vantagem nas relações internacionais porque estão mais preparados, inclusive em termos tecnológicos e de organização, além de que a globalização não vem resolver, nos países "em desenvolvimento", problemas (processos perversos) seculares de concentração de renda e decisões equivocadas das elites que por processos autoritários levaram a sociedade trilhar o caminho da dependência.

(6) Depois de "espernear" (com justificativas vazias), o professor concorda conosco quando afirma: "a globalização pode até ter ajudado a reduzir o aumento da pobreza, mas não foi suficiente para reduzir o número absoluto de pobres no mundo".

(7) Finalmente, salvo algumas divagações com citações de trabalhos diversos e algumas demonstrações narcisistas de "erudição" com indicações de obras conhecidas, o professor Samuel Costa Filho, perdeu uma excelente oportunidade de esclarecer melhor seu "projeto novo e alternativo" **sem a participação em blocos econômicos**. Afinal, foi por causa da oposição ferrenha ao processo de globalização e a proposta da não-inserção que surgiu a questão do **rebelde sem causa**.

Ao invés disso, nosso professor preferiu apresentar uma série de fatos isolados, quase todos referentes a década de 90, para relacionar com o período recente e com o processo de globalização.— concentração de riqueza, economistas laranjas, políticas de precarização do mercado de trabalho, debilitamento fiscal e financeiro, etc, etc, etc.....

Esquece nosso interlocutor que quase todos esses fatos estão relacionados entre si e não podem ser isolados de períodos anteriores, principalmente da herança recebida de um modelo de desenvolvimento esgotado. Portanto, tais fatos precisam ser analisados com cuidado e não, apressadamente atribuir sua existência ao processo de globalização em curso. Fora disso é pura simplificação. Quero deixar claro que como qualquer cidadão de bem compartilho de sua **indignação** por todos esses fatos negativos citados.

Quanto a forma de inserção do Brasil, não concordamos, como o professor, com **uma inserção passiva**, mas não temos a coragem de propor, de acordo com o professor Samuel, uma **inserção ingênua**, àquela que diz: "**globalização da cooperação entre os povos, da distribuição da riqueza, da inclusão social**". Isso só seria possível se mundo fosse uma **irmandade cooperativa**, infelizmente o mundo real é conflituoso e o comércio mundial não deixa de ser uma "guerra declarada", onde é preciso muito trabalho e estratégia para ser um país vencedor.

Por fim, deixamos claro que continuamos aberto ao **debate sadio de idéias** e achamos que o **Informe Econômico** é o espaço ideal para esse tipo de trabalho ●

William Jorge Bandeira é professor de Economia da UFPI. Doutor em Economia pela UNICAMP.

O GOVERNO E O PODER

Sebastião Carlos*

Com o surgimento das sociedades também surgiram formas de governo para tais, que no decorrer da história, vão se solidificando. Porém, qual a melhor forma de governo?

Na história percebemos três formas básicas: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Platão nos coloca que, quando corrompidas, essas três se tornam tirania, oligarquia e demagogia. O mundo moderno elegeu a democracia como forma ideal depois de ter sido esquecida por vários séculos pela filosofia aristotélico-tomista. Contudo, a democracia moderna ou burguesa é ideal ou corrompida? A característica principal da democracia burguesa é o sentido da representatividade, ou seja, nela são eleitos representantes com a missão de defender os interesses de seus eleitores. Efetivamente é isto que constatamos na prática sobretudo na atualidade? O que percebemos na verdade é que os eleitos representam seus próprios interesses ou de um pequeno grupo e que os eleitores são esquecidos. Neste sentido podemos concluir que a democracia burguesa é corrompida e não é a forma ideal de governo. O governo ideal é aquele que melhor disciplina as relações de poder dentro da sociedade, ou seja, é aquele que melhor consegue inserir as diversas manifestações de poder que atuam nos cenários políticos e econômicos da sociedade.

Com a nova configuração do sistema capitalista percebemos o surgimento de uma outra variante da democracia: a participatividade. Os neoliberais profetizaram o fim da história com o triunfo do capitalismo e a derrocada do socialismo. Com a tese do estado mínimo, abriu-se um espaço privilegiado para as organizações não governamentais, por exemplo. Com a omissão do Estado, a sociedade se fortaleceu ainda mais. Isto tudo confirma a afirmação marxista de que "a burguesia produz seus próprios coveiros" ou de o "capitalismo produz sua própria antítese". A democracia participativa é um neosocialismo como proposta de continuidade da dialética da história. Este é o lado oposto da moeda ou sua negação. Nesta forma de democracia, eleitor e eleito são os sujeitos de um mesmo processo, ou seja, têm a mesma responsabilidade dentro da sociedade.

O homem é encarado não como um sujeito passivo, consumidor de políticas sociais, mas como um cidadão produtor dessas políticas. Ele deixa de ser platéia para se tornar ator e, não ator coadjuvante, mas principal. Ela se manifesta sobretudo pela formação dos conselhos (comunitários ou gestores) que junto com o poder institucional, governam a sociedade. No ambiente desses conselhos encontramos os excluídos de diversas matizes: lavradores, desempregados, biscateiros, marginalizados sociais. Também encontramos profissionais liberais e intelectuais.

A democracia participativa também inaugura uma nova concepção de poder contrária à tradicional. Enquanto a democracia representativa trabalha o poder como manifestação da força econômica e política da elite dominante, a democracia participativa vê no poder a manifestação das forças econômicas, políticas e sobretudo sociais através dos organismos da sociedade civil organizada. Na lógica da participatividade, governo é gestão compartilhada entre o institucional e o não-institucional.

Tudo isto tem uma implicação muito séria para nós como alunos do curso de economia. Somos fruto de uma formação burguesa que nos conduziu ao imediatismo, à busca egoísta de nossos interesses e à negação de toda e qualquer forma de participação pois o eleito (= perfeito, porque passou nos critérios de eleição), nos representaria. Temos que romper com os valores do mundo burguês e incutir uma nova visão de poder e de governo.

Isto é difícil porque formamos profissionais dentro do modelo da racionalidade científica da academia. Neste modelo o economista, responsável pelo saber, planeja para os outros, responsáveis pelo fazer, executarem. O gabinete de trabalho é algo distante da realidade. Temos então que reaprender a fazer planejamento se inserindo no locus humano ●

* Sebastião Carlos é graduado em Filosofia e aluno do Curso de Economia/UFPI

CONFIGURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E POBREZA NO ESTADO DO PIAUÍ NAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980

Jaira Maria Alcobaça Gomes*

Examinam-se as medidas de desigualdade e pobreza calculadas com base nas informações censitárias de 1960, 1970 e 1980 sobre os rendimentos das pessoas economicamente ativas (PEA), incluindo e excluindo os sem rendimentos, objetivando caracterizar a evolução da distribuição da renda e pobreza, considerando o processo de formação e desenvolvimento da economia piauiense.

As limitações dos dados sobre renda publicados nos Censos foram apresentadas por Hoffmann e Kageyama (1986). Em primeiro lugar, ocorre uma subestimação da renda total pelos censos, devido à coleta via questionários e à própria metodologia, que não computa a produção para autoconsumo. Além disso, registra-se a incorreção dos rendimentos percebidos e declarados no mês de referência desses censos. Chamam ainda atenção para o fato de que tais limitações não afetam, de forma uniforme, todos os estratos de renda. Ao contrário, incidem sobre os extremos da distribuição, o que aumenta a incerteza das medidas de desigualdade calculadas. Em segundo lugar, existe a questão da subdeclaração das rendas altas, deliberadamente ou não.

Entre outros entraves, está a forma de publicação dos dados, que requer estimativas para cálculo dos índices de desigualdade, os quais exigem pressupostos que podem representar fielmente ou não os fenômenos estudados. Ademais, há dificuldades para a comparação dos dados entre os censos, porque as metodologias de coleta e a apresentação dos dados, muitas vezes, variam bastante.

Apesar dessas limitações, os Censos são ricos em informações sobre as décadas de 60, 70 e 80, possibilitando configurar a desigualdade e a pobreza nos estados brasileiros.

A tabela 1 mostra que a renda média foi de **0,42 SM** em 1960, **0,56 SM** em 1970 e **0,98 SM** em 1980 para a PEA, incluindo os sem rendimento. Observa-se que a renda média cresceu 33,3% no período de 1960 a 1970 e 75,0% no de 1970 a 1980.

Tabela 1. Medidas de tendência central, desigualdade e pobreza⁽¹⁾ para população economicamente ativa, incluindo os sem rendimento; Piauí - 1960 - 1970 - 1980.

ANOS	Número de pessoas	Renda média (SM)	Mediana (SM)	Índice de Gini	Índice de Theil	Proporção de pobres (H)	Razão de insuficiência de renda (I)	Índice de Sen (P)	Índice de FGT
1960	377.586	0,42	0,33	0,549	0,507	0,943	0,690	0,780	0,506
1970	480.632	0,56	0,41	0,572	0,558	0,911	0,643	0,724	0,442
1980	656.727	0,98	0,49	0,659	0,646	0,779	0,608	0,624	0,378

Fonte: IBGE. Dados básicos do Censo Demográfico de 1960, 1970 e 1980.

(1) Linha de pobreza igual a 1 SM em valor real de agosto de 1980.

Por outro lado, eleva-se a desigualdade da distribuição da renda nesses anos. O índice de Gini cresce de **0,549** (1960) para **0,572** (1970) e **0,659** (1980) e diminui a proporção de pobres de **0,943** (1960) para **0,911** (1970) e **0,779** (1980). Esse decréscimo da pobreza é também verificado pelo índice de FGT, que foi de **0,506** em 1960, **0,442** em 1970 e **0,378** em 1980.

A tabela 2 apresenta as medidas de desigualdade e pobreza para a PEA com rendimento em 1960, 1970 e 1980. Percebe-se que houve um crescimento da renda média e mediana e das medidas de desigualdade e uma diminuição das medidas de pobreza no período de 1960 a 1980.

Tabela 2. Medidas de tendência central, desigualdade e pobreza⁽¹⁾ para população economicamente ativa, excluindo os sem rendimento; Piauí - 1960, 1970 e 1980.

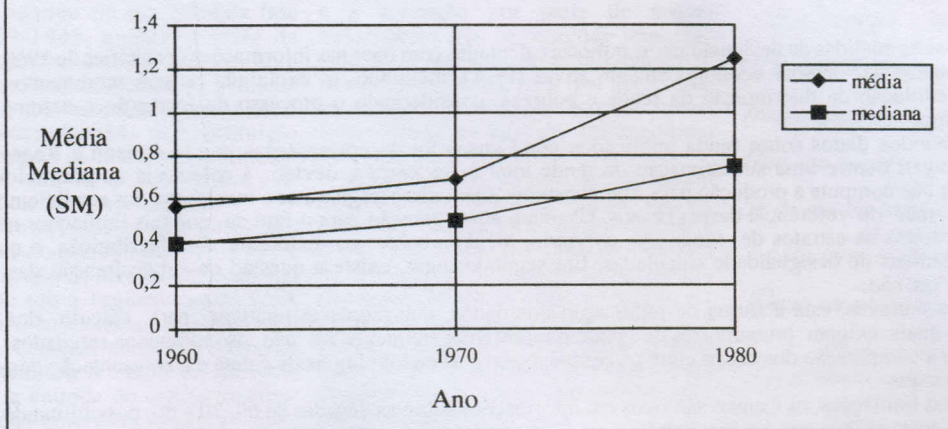
ANOS	Número de pessoas	Renda média (SM)	Mediana (SM)	Índice de Gini	Índice de Theil	Proporção de pobres (H)	Razão de insuficiência de renda (I)	Índice de Sen (P)	Índice de FGT
1960	285.724	0,56	0,39	0,404	0,348	0,924	0,583	0,635	0,347
1970	390.439	0,69	0,50	0,473	0,456	0,890	0,551	0,600	0,313
1980	514.277	1,25	0,75	0,564	0,548	0,718	0,457	0,443	0,205

Fonte: IBGE. Dados básicos do Censo Demográfico de 1960, 1970 e 1980.

(1) Linha de pobreza igual a 1 SM em valor real de agosto de 1980.

A figura 1 mostra a trajetória das rendas média e mediana entre 1960 e 1980, no Estado do Piauí. A renda média cresceu 81,2% de 1970 a 1980, enquanto de 1960 a 1970 a variação observada foi de apenas 23,2%.

Figura 1. Média e mediana para população economicamente ativa, excluindo os sem rendimento; Piauí - 1960, 1970 e 1980.



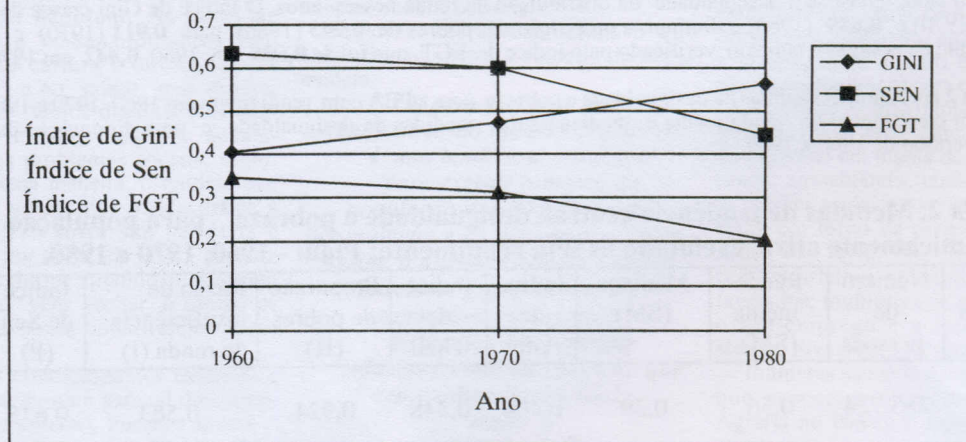
O índice de Gini cresce de 0,404 (1960) para 0,473 (1970) e 0,564 (1980), e é menor que no Brasil, onde foi de 0,504 (1960), 0,561 (1970) e 0,592 (1980). A desigualdade no Piauí pode ser considerada baixa em 1960 e 1970, visto que o índice de Gini é menor que 0,500, considerando as pessoas economicamente ativas com rendimento. Para o Brasil, esse índice está acima de 0,500.

Verifica-se, por outro lado, que o índice de Gini no Piauí se eleva em 17,3% de 1960 a 1970 e em 19,2% de 1970 a 1980, enquanto no Brasil o crescimento foi de apenas 11,3% no período de 1960 a 1970 e 5,5% no de 1970 a 1980. É claro, portanto, o crescimento mais intenso da desigualdade no Piauí, principalmente no período de 1970 a 1980.

O que chama atenção nesse período é a elevada proporção de pobres - 92,4% (1960) e 89,0% (1970) - entre as pessoas economicamente ativas com rendimento, permitindo inferir que o problema mais grave da estrutura da renda no Estado do Piauí até 1970 é a insuficiência de renda, uma vez que no Brasil a proporção de pobres é de 58% em 1960 e 55% em 1970.

A figura 2 apresenta o comportamento do índice de Gini, do índice de Sen e do índice de FGT entre 1960 e 1980, em que se visualizam o crescimento da desigualdade e o decréscimo da pobreza.

Figura 2. Índice de Gini, índice de Sen e índice de FGT para população economicamente ativa com rendimento; Piauí- 1960, 1970 e 1980.



Em síntese, o Estado do Piauí apresentou baixo índice de desigualdade e elevada pobreza, considerando a PEA com rendimento, em 1960 e 1970. Já no período de 1970 a 1980 ocorre o crescimento mais intenso da desigualdade da distribuição da renda no Piauí em relação ao Brasil, decorrente não só do crescimento econômico da economia brasileira, mas também das características demográficas e econômicas do Estado.

Conforme mostra a tabela 3, observa-se um padrão geral de desaceleração demográfica no Piauí, seguindo o padrão brasileiro, em decorrência das quedas contínuas nas taxas de fecundidade.

Tabela 3. Evolução da população residente e taxa média geométrica de crescimento anual; Piauí - 1960, 1970, 1980 e 1991.

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa geométrica de crescimento anual (%)	Varição da taxa de crescimento (%)
TOTAL			
01/09/1960	1.242.136		
01/09/1970	1.680.573	3,07	-20,82
01/09/1980	2.139.021	2,44	-29,10
01/09/1991	2.582.137	1,73	
URBANA			
01/09/1960	285.566		
01/09/1970	536.612	6,51	-18,89
01/09/1980	897.994	5,28	-26,14
01/09/1991	1.367.184	3,90	
RURAL			
01/09/1960	956.570		
01/09/1970	1.143.961	1,81	-54,70
01/09/1980	1.241.027	0,82	-123,17
01/09/1991	1.214.953	-0,19	

Fonte: Dados extraídos de IBGE (1995).

Destaca-se que a população rural corresponde a **77,0%** da população total em 1960, decrescendo para **68,1%** em 1970 e **58,0%** em 1980. Outro aspecto é que **47,1%** da população está concentrada na faixa etária de 0 a 14 anos em 1960, **47,6%** em 1970 e **45,5%** em 1980, sendo significativo o peso relativo de jovens na população total. Informa-se, ainda, que em 1980 as taxas de analfabetismo, segundo IBGE (1995), são **49,5%** no total, **29,5%** na área urbana e **65,1%** na rural.

O comportamento da população economicamente ativa, no Piauí, está representado na tabela 4. De 1960 a 1980 a PEA agrícola diminui sua participação relativa, passando de **74,2%** para **62,3%**, embora se mantenha como o setor em que as maiorias das pessoas ocupadas estão inseridas. A indústria, caracterizada pela predominância de microempresas familiares e artesanais, participa com **6,6%** em 1960 e **9%** em 1980. Por outro lado, a presença do setor serviços se fortalece, sobretudo quanto ao setor informal, mantendo os seguintes percentuais: **19,2%**, em 1960, e **28,7%**, em 1980. Existe uma tendência de crescimento da PEA na indústria, na medida que mostra uma taxa de crescimento de **11,6%** no período 70/80. Nesse período, a taxa de crescimento é apenas **1,5%** na agricultura e **4%** no setor de serviços.

Tabela 4. População economicamente ativa (PEA) do Piauí, conforme os setores produtivos; 1960/1980.

Discriminação da população economicamente ativa	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1960	281.039	25.071	72.783	378.893
1970	334.473	26.016	124.177	484.666
1980	390.882	56.426	179.626	626.934
Distribuição percentual (%)				
1960	74,2	6,6	19,2	100,0
1970	69,0	5,4	25,6	100,0
1980	62,3	9,0	28,7	100,0
Taxa crescimento anual (%)				
1960 a 1970	1,7	0,4	5,5	2,5
1970 a 1980	1,5	11,6	4,0	5,3

Fonte: Dados extraídos de Santos (1995).

A tabela 5 mostra a variação percentual do PIB no Brasil, Nordeste e Piauí, verificando-se que o maior crescimento percentual do PIB no Piauí é no período de 1970 a 1975 (**60,8%**), acima da variação nordestina, de **54,5%**, e abaixo da brasileira, de **63,2%**.

Tabela 5. Variação percentual do PIB do Brasil, Região Nordeste e Estados nos quinquênios 1960-65, 1965-70, 1970-75, 1975-80.

Unidade	Quinquênios			
	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80
NORDESTE	27,1	17,4	54,5	51,9
Maranhão	20,1	19,1	46,0	60,4
PIAUI	46,0	20,0	60,8	44,4
Ceará	40,8	0,4	46,1	63,3
Rio Grande do Norte	26,8	-9,0	80,5	48,7
Paraíba	24,0	-20,3	59,4	31,1
Pernambuco	32,8	15,9	49,1	33,3
Alagoas	22,4	32,8	45,5	51,6
Sergipe	31,0	28,2	51,2	36,0
Bahia	17,7	41,7	60,4	66,7
BRASIL	23,3	47,4	63,2	40,8

Fonte: Dados do PIB a custo de fatores dos Estados, Região Nordeste e Brasil (em US\$ 1.000,00 constantes de 1995) extraídos de Azzoni (1997, p.380-383).

O comportamento do PIB piauiense reflete sua estrutura econômica, baseada, até o final da década de 1950, segundo Martins, Rocha, Medeiros *et al* (1978), na pecuária extensiva, extrativismo e agricultura de subsistência. Essas atividades caracterizavam-se pela pequena divisão social de trabalho, mercado consumidor restrito e agricultura voltada, de início, somente para autoconsumo.

Destaca-se que o extrativismo exportador causou certo dinamismo na economia piauiense, fortalecendo as finanças públicas, propiciando melhoramentos urbanos e intensificando o processo de urbanização de Teresina e Parnaíba.

A economia piauiense é marcada pela multiplicação da pequena produção agrícola, como resultado do decréscimo da produção extrativa até a década de 1970. Para Domingos Neto (1983), a criação extensiva de bovinos e a exploração extrativa perdem importância frente às roças.

De acordo com Martins, Rocha, Medeiros *et al* (1978), Bandeira (1983), Rocha (1988) e Santos (1995), a economia piauiense, no período de 1970 a 1980, se caracteriza por investimentos em infra-estrutura básica (estradas, energia, abastecimento d'água, eletrificação, telecomunicações, etc.), bem como por ascendente participação das transferências federais nas receitas do Estado. O Piauí continua a importar grande parte dos seus produtos agrícolas e pecuários. Rocha (1988), entretanto, chama a atenção para a intensificação do processo de concentração de terras a partir de 1970, devido a elementos variados, quais sejam: incentivos fiscais vindos da *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE); política de crédito agrícola subsidiado; medidas de combate às secas; grilagem; alienação de grandes extensões de terra pertencentes ao Estado; programa Proálcool; incentivos do atual *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis* (IBAMA), na época, *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* (IBDF), visando ao reflorestamento e à implantação de infra-estrutura física, o que estimula novas grandes propriedades de cidadãos vindos de outras regiões ou de outros estados, reduzindo mais as perspectivas de acesso a terra pelos pequenos produtores.

Mesmo com esses aparentes incentivos, o Piauí não incorpora a modernização da agricultura que vem se processando no Brasil. Por isso é, no mínimo, conclusão precipitada, segundo Domingos Neto (1983), considerar a agricultura piauiense modernizada, pois seu grau de transformação é pequeno e visualizado apenas em algumas culturas alimentares e em áreas privilegiadas por algum programa governamental. Portanto, qualquer indicador de modernização só se sustenta nas zonas beneficiadas por grandes projetos agropecuários financiados pela SUDENE e/ou por iniciativas de reflorestamento do IBAMA.

Outro aspecto a considerar, dentro das características econômicas do Estado do Piauí, é a formação do seu mercado de trabalho, como um dos fatores responsáveis pela má distribuição de renda.

Nessa perspectiva, os elementos que formam o mercado de trabalho no Piauí, segundo Lopes (1996), surgiram com o extrativismo. Essa atividade permitiu uma incipiente acumulação de capital, criando as condições para a conformação de um frágil mercado de trabalho, dentro de processo de urbanização e avanço da divisão social do trabalho. Tal mercado de trabalho se estruturou com o **crescimento populacional, ação do setor público e consolidação de alguns núcleos populacionais, como Teresina (capital).**

Na agricultura predomina a parceria (meação, etc.), tendo menor importância o assalariamento. Isso está associado à elevada concentração da terra, que marca a estrutura fundiária do Estado do Piauí. Nas cidades, a mercantilização da força de trabalho é restrita pelo reduzido mercado interno, mas se destaca a presença do Estado como agente absorvedor de força de trabalho, estimulando o emprego no setor serviços e expandindo a camada intermediária e o consumo urbano.

É, pois, esse contexto demográfico e econômico que subsidia a compreensão da configuração da distribuição da renda em 1960, 1970 e 1980 ●

¹ 1 SM representa aqui o valor real de um salário mínimo de agosto de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. A. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*. IPE/USP, São Paulo: v.27, n.º 3, set./dez., p.341-393, 1997.
 BANDEIRA, W. J. A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico-social do Piauí. *Estudos Diversos*, Teresina: v.1, n.21, p.1-161, 1983.
 DOMINGOS NETO, M. *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

HOFFMANN, R., KAGEYAMA A. A distribuição da renda no Brasil entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.16, n.1, p.25-47, 1986.
 MARTINS, A. de S. Rocha, Medeiros *et al* (1978). *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.
 SANTOS, A. de P. S. Agregados macroeconômicos. In: **POLÍTICA de desenvolvimento sustentável para o Nordeste semi-árido**. Teresina: 1995.
 ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no Estado do Piauí. *Carta CEPRO*. Teresina, v.13, n.1, jan./jun./1988, p.29-68.
 SOUSA, I. B. L. Formação do mercado de trabalho no Piauí: 1960-1970. Particularidades histórico-econômicas do caso nordestino. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1996. (Tese de Doutorado em História Econômica). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

* Jaira Maria Alcobaça Gomes professora adjunta do DECON/UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI, Mestre em Economia Rural pela UFPB/CG e Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP.

informes

Aconteceu nos dias 30 e 31 de agosto de 2001 o Congresso da Cidade, promovido pela Prefeitura Municipal de Teresina. Foi lançado na oportunidade, o Plano Estratégico - Teresina Agenda 2015. Este projeto, consequência da Conferência Rio-92, é fundamentado na Agenda 21 Global. Tem como objetivo o desenvolvimento sustentável para Teresina, levando em consideração aspectos sociais, econômicos e ambientais. A elaboração do Plano Estratégico, teve início no Congresso da Cidade e será desenvolvido até agosto/2002.

Estão sendo abordadas diversas dimensões, dentre as quais destacamos as seguintes: Educação, Saúde, Meio-Ambiente, Saneamento, Energia e Telecomunicações, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Inclusão Social, Habitação, Segurança, Cultura, Esporte e Lazer. O estudos desenvolvidos para cada um dos temas apresentam o diagnóstico do município e a construção dos cenários inercial e desejável, tendo como horizonte o ano de 2015.

A estrutura operacional é constituída pelo Conselho Estratégico de Teresina, Grupo Consultivo, Grupo de Coordenação, Grupo de Especialistas e Grupo de Patrocinadores.

O Grupo de Especialistas, constituído por 15 profissionais especialistas nos temas citados acima, é formado em sua maioria por professores da UFPI. Estes, coordenam os grupos de trabalhos, cuja participação é aberta a todos àqueles interessados com o desenvolvimento da cidade. O professor Luís Carlos Rodrigues Cruz "Puscas", do DECON/UFPI, compõe o Grupo de Especialistas e é responsável pelo tema Trabalho e Inclusão Social.

De volta ao nosso convívio o professor Solimar Oliveira Lima/DECON que se encontrava no Rio Grande do Sul. Concluiu na PUCRS o doutorado em História com a defesa da tese "*Braço Forte. Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí. 1822-1871*". Em 1998 o professor Solimar recebeu o Prêmio Açorianos de Literatura - Categoria Ensaio de Humanidade com o livro *Triste Pampa - resistência e punição de escravos em fontes judiciais do Rio Grande do Sul/1818-1835*. O livro foi publicado pela Editora Edipuers e Intituto Estadual do Livro de Porto Alegre.

Com a defesa da Tese *As Influências do Tratado de Roma sobre o processo de integração econômica da América Latina. CEE X MERCOSUL*, o professor Francisco Heitor Leão da Rocha/DECON, concluiu em dezembro/2001, doutorado em Integração Econômica na Universidade de León-Espanha.

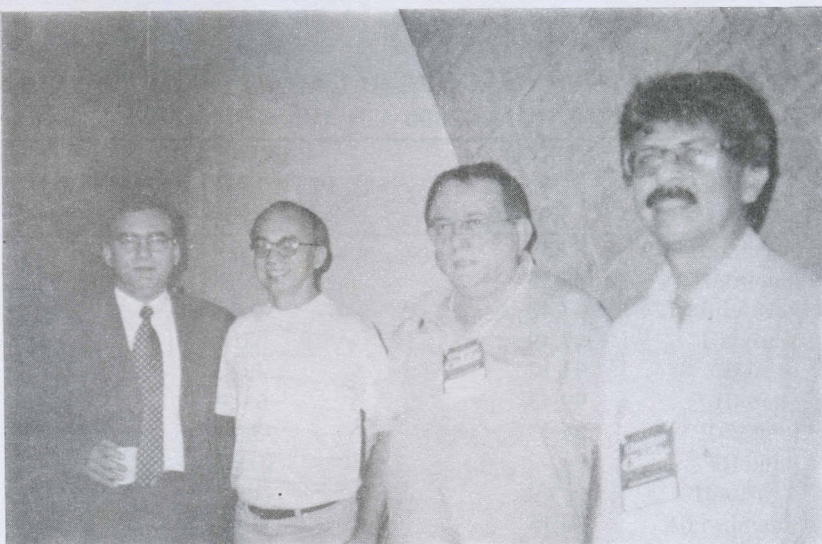


Foto: Enoisa Veras

Prefeito Firmino Filho e os professores do DECON Samuel C. Filho, Luis Carlos R. Cruz Puscas e Antonio de Padua S. Santos no lançamento do Plano Estratégico - Teresina Agenda 2015



Foto: Enoisa Veras

Grupo de economistas recentemente graduados pela UFPI.

A partir de março o DECON recebe com alegria a professora Maria do Socorro Lira Monteiro que deverá concluir em fevereiro/2002, seu doutorado com a defesa da tese: *Ocupação capitalista no cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação com a terra*. A professora Socorro foi aluna da UNICAMP e deverá receber o título de Doutora em Economia Aplicada com área de concentração em Meio-Ambiente.

O professor Ricardo Alággio Ribeiro/DECON deverá iniciar em março/2002, na UNICAMP, doutorado em Ciências Sociais com área de concentração em Estado e Políticas Públicas. Conseguiu a sua aprovação com o Projeto de Pesquisa: *Ajuda Econômica dos Estados Unidos ao Brasil: Caso da Aliança para o Progresso*.

O Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) - Teresina, elaborado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para a cidade de Teresina, apresentou ao longo do mês de novembro/2001 um crescimento médio de 1,67%, resultado que comparado ao apurado no último mês de outubro (+1,38%) é 0,29% maior e confirma uma aceleração no nível de preços do comércio varejista de Teresina no mês em estudo. Com esta variação de 1,67%, verificada em novembro/2001, o índice acumulado nos onze primeiros meses do ano ficou em 9,53%, enquanto que a inflação acumulada nos últimos doze meses (dezembro/2000 a novembro/2001) atingiu 10,09%, resultado considerado alto, quando comparado a igual período do ano anterior que foi de 7,59% (Texto extraído do Boletim da Fundação CEPRO) Ver tabelas página 24.

CUSTO DA CESTA BÁSICA E RELAÇÃO COM O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL - DEZEMBRO/2000 A NOVEMBRO/2001

MESES	CUSTO DA CESTA	VARIAÇÃO	VR. SALÁRIO	A/B (*)
	EM R\$ (A)	PERCENTUAL CESTA	MÍNIMO EM R\$ (B)	
Dezembro/00	85,39	-1,51	151,00	53,85
Janeiro/01	88,25	2,78	151,00	55,35
Fevereiro/01	87,42	-0,50	151,00	55,07
Março/01	87,39	0,01	151,00	55,08
Abril/01	93,12	4,65	180,00	48,36
Mai/01	99,43	6,03	180,00	51,27
Junho/01	95,13	-3,09	180,00	49,69
Julho/01	94,92	-0,09	180,00	49,64
Agosto/01	91,49	-1,29	180,00	49,01
Setembro/01	89,15	-2,56	180,00	49,53
Outubro/01	90,82	1,87	180,00	50,46
Novembro/01	95,94	5,64	180,00	53,30

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

(*) Percentual do salário mínimo comprometido pelo custo da Cesta Básica

VARIAÇÃO ANUAL DO IPC - TERESINA, SEGUNDO GRUPOS

GRUPOS	ANOS					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Alimentação	9,23	6,60	7,79	10,02	4,29	10,24
Habituação	6,84	8,05	9,93	14,91	6,52	10,69
Artigos de Residência	12,28	6,49	6,42	12,56	8,18	4,78
Vestuário	24,52	9,88	12,68	12,30	6,51	9,04
Transp. e Comunicações	23,60	23,57	6,37	24,63	18,40	15,05
Saúde e Cuid. Pessoais	17,20	11,53	9,16	14,40	6,18	4,08
Serviços Pessoais	13,05	8,56	4,81	5,59	5,12	11,51
Índice Geral	13,08	9,67	8,05	12,57	6,99	10,09

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

*Situação em novembro/2001

COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR DA CESTA BÁSICA NOVEMBRO/2001

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (\$)	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
			No Mês	12 Meses
Açúcar Cristal	3,00 kg	2,20	0,12	3,91
Arroz	3,60 kg	3,82	5,53	32,00
Banana (frutas)	7,50 dz	15,20	5,64	-1,82
Café em pó	0,30 kg	11,58	-1,52	-13,49
Carne bovina	4,50 kg	21,28	6,13	11,94
Farinha de Mandioca	3,00 kg	2,74	1,91	-1,72
Feijão	4,50 kg	10,96	3,72	44,14
Leite Pasteurizado	6,00 l	5,57	-2,00	2,87
Margarina	0,75 kg	2,65	0,73	4,60
Óleo Vegetal	0,90 l	1,72	1,16	38,03
Pão	6,00 kg	16,50	0,00	37,57
Tomate (verduras)	12,00 kg	11,72	27,43	-12,53
TOTAL	-	95,94	5,64	10,21

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

EXPEDIENTE

INFORME ECONÔMICO
ANO 6 - Nº 13 - JANEIRO/2002
EDITADO PELO DECON / UEPI
JORNALISTA RESPONSÁVEL
GUSTAVO FORTES SAID - Reg. Prof. 802 DRT-PI
COORDENAÇÃO
ECON. ENOISA VERAS/DECON
enoisa@bol.com.br
CONSELHO EDITORIAL
PROFESSORES/DECON:
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE;
FRANCISCO HÉITOR LEÃO DA RÓCHA;
SAMUEL COSTA FILHO
PROJETO GRÁFICO
PROF.ª ELMIRA SIMEÃO
DEPT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UEPI
PROGRAMAÇÃO VISUAL ENOISA VERAS
TIRAGEM - 1500 EXEMPLARES
IMPRESSÃO GRÁFICA-UEPI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS ININGA - TERESINA-PI
CEP: 64.049-550
FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790
FAX: (0xx86) 215-5697
HOMEPAGE www.ufpi.br/~cecco